

# *Projeto Político- Pedagógico*

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

**Paulo de Tarso Morais Filho**

Procurador-Geral de Justiça

**Mário Drummond da Rocha**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Rolando Carabolante**

Ouvidor do Ministério Público

**Reyvani Jabour Ribeiro**

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta  
Jurídica

**Iraídes de Oliveira Marques**

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta  
Administrativa

**Hugo Barros de Moura Lima**

Procurador-Geral de Justiça Adjunto  
Institucional

**Francisco Chaves Generoso**

Chefe de Gabinete

**Thiago Ferraz de Oliveira**

Secretário-Geral

**Ana Paula Moreira Gurgel**

Diretora-Geral

### CONSELHO CIENTÍFICO E ACADÊMICO

**Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo**

Diretora do Centro de Estudos e  
Aperfeiçoamento Funcional

Presidente do Conselho Científico e  
Acadêmico

**Leonardo Barreto Moreira Alves**

Coordenador Pedagógico do Centro de  
Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Vice-Presidente do Conselho Científico e  
Acadêmico

**Lílian Maria Ferreira Marotta Moreira**

Procuradora de Justiça

**Reyvani Jabour Ribeiro**

Procuradora de Justiça

**Maria Carolina Silveira Beraldo**

Promotora de Justiça

**Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro**

Promotor de Justiça

**Márcio Ayala Pereira Filho**

Promotor de Justiça

**Marcos Paulo de Souza Miranda**

Promotor de Justiça

**Marcos Pereira Anjo Coutinho**

Promotor de Justiça

**Davi Reis Salles Bueno Pirajá**

Promotor de Justiça

**Juliana Matos Pereira**

Servidora do MPMG

**Maria Gabriela Araújo Diniz**

Servidora do MPMG

## CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

**Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo**

Diretora do Centro de Estudos e  
Aperfeiçoamento Funcional

**Leonardo Barreto Moreira Alves**

Coordenador Pedagógico do Centro de  
Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

**Maria Carolina Silveira Beraldo**

Coordenadora Pedagógica Cooperadora  
do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento  
Funcional

**Tereza Cristina Santos Barreiro**

Superintendente de Formação e  
Aperfeiçoamento

**Carolina Chiarella dos Santos Ribeiro**

Diretoria de Estágios e Convênios  
Acadêmicos

**Daniela Peixoto Nogueira**

Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e  
Pós-Graduação

**Fernanda Calzavara de Sousa**

Diretoria de Informação e Conhecimento

**Leonardo Camargo Souza**

Diretoria de Produção Editorial

## FICHA TÉCNICA

### ELABORAÇÃO

**Leonardo Barreto Moreira Alves**

Coordenador Pedagógico do Centro de  
Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

**Luciana Paula de Assis**

Analista do Ministério Público

### REVISÃO

**Alex Mendes Freire**

Estagiário do Ministério Público

**Larissa Vasconcelos Avelar**

Analista do Ministério Público

**Renan Souza Lacerda**

Estagiário do Ministério Público

**Renato Felipe de Oliveira Romano**

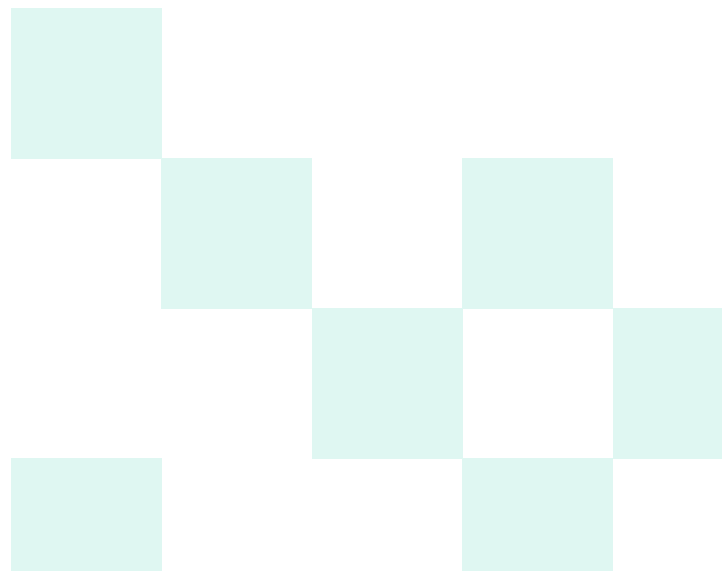
Analista do Ministério Público

## PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

**Camila Meireles Almeida de Oliveira**




































Designer Gráfico

**Março de 2026**



# Sumário

<b>1. Introdução</b>	<b>6</b>	
<b>2. História, Bases Legais e Objetivos Regimentais</b>	<b>7</b>	
2.1. História do CEAF	7	
2.2. Bases Legais	8	
2.3. Objetivos Regimentais	9	
<b>3. Princípios e Valores Pedagógicos</b>	<b>12</b>	
3.1. Princípios Pedagógicos do CEAF	12	
3.2. Missão, Visão e Valores Institucionais	16	
<b>4. Estrutura Organizacional e Física</b>	<b>17</b>	
4.1. Estrutura Organizacional Administrativa	17	
4.1.1. Atribuições das Diretorias	19	
4.1.1.1. Diretoria de Estágio e Convênios Acadêmicos (DECA)	19	
4.1.1.2. Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (DFAP)	19	
4.1.1.3. Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)	21	
4.1.1.4. Diretoria de Produção Editorial (DIPE)	21	
4.2. Estrutura Física	23	
4.2.1. Instalações Físicas e Recursos Logísticos	23	
4.2.2. Recursos Tecnológicos e Ambiente Virtual de Aprendizagem	24	
<b>5. Alinhamento Estratégico</b>	<b>25</b>	
5.1. Inserção do CEAF no Planejamento Estratégico do MPMG	25	
<b>6. Diagnóstico da Escola Institucional</b>	<b>28</b>	
6.1. Metodologia da Escuta Institucional	28	
6.2. Resultado e Avaliação da Escuta Institucional	29	
6.2.1. Questões Gerais	29	
6.2.2. Avaliação das Ações Educacionais	30	
6.2.3. Avaliação da Biblioteca	38	
6.2.4. Avaliação do Estágio	41	
6.2.5. Avaliação do Memorial	42	
6.2.6. Avaliação das Publicações	45	
6.3. Análise SWOT – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças	46	
6.4. Principais Desafios Identificados	47	
6.4.1. Acessibilidade, Visibilidade e Inclusão	47	
6.4.2. Modernização Tecnológica e Usabilidade	47	

6.4.3. Oferta Pedagógica Alinhada e Descentralizada	47	
6.4.4. Governança, Integração e Sustentabilidade	48	
<b>7. Planejamento, Execução e Avaliação das Ações Educacionais</b>	<b>48</b>	
7.1. Planejamento Pedagógico e Integração Institucional	48	
7.2. Ações Educacionais Presenciais	49	
7.3. Formação de Membros	50	
7.4. Formação de Servidores	51	
7.5. Formação de Estagiários	52	
7.6. Ações Educacionais Virtuais	52	
7.7. Pós-graduação	53	
7.8. Procedimento para Atendimento Educacional Especializado e Elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)	55	
7.8.1. Etapa Inicial – Identificação e Contato	55	
7.8.2. Etapa Intermediária – Acolhimento e Análise Individual	56	
7.8.3. Etapa de Formalização – Elaboração e Acompanhamento do PDI	56	
7.9 Avaliação de Aprendizagem	57	
<b>8. Plano de Ação e Metas Institucionais</b>	<b>57</b>	
8.1. Diretrizes e Prioridades Estratégicas	57	
8.1.1. Fortalecimento da Comunicação Institucional e da Visibilidade dos Serviços	58	
8.1.2. Modernização Tecnológica e Melhoria de Usabilidade	58	
8.1.3. Aperfeiçoamento Pedagógico e Integração entre Teoria e Prática	58	
8.1.4. Acessibilidade, Inclusão e Representatividade	58	
8.1.5. Gestão e Processos Pedagógicos	58	
8.2. Matriz de Metas, Indicadores e Prazos	59	
8.2.1. Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)	59	
8.2.2. Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (DFAP)	59	
8.2.3. Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)	61	
8.2.4. Diretoria de Produção Editorial (DIPE)	62	
8.3. Acompanhamento e Avaliação do Plano de Ação	63	
<b>9. Referências</b>	<b>64</b>	
<b>10. Anexos</b>	<b>67</b>	
10.1. Fundamentação Legal	67	
<b>11. Apêndices</b>	<b>69</b>	
11.1. Ato CEAF n.º 2, de 5 de agosto de 2025	69	
11.2. Regimentos Internos	70	
11.3. Catálogo de Cursos Oferecidos pela Escola Virtual	74	
11.4. Formulário Diagnóstico CEAF 2025	84	

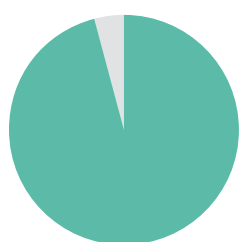
## 1. Introdução

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CEAF/MPMG) constitui um instrumento estratégico de planejamento, organização e avaliação das ações educacionais da Escola Institucional. Mais do que um documento normativo, o PPP expressa a identidade pedagógica do CEAF, sua missão, visão e valores institucionais, bem como o seu compromisso com a qualificação continuada, ética e democrática dos integrantes do MPMG.

Inspirado na concepção crítica e participativa, o PPP não se reduz a um conjunto de diretrizes administrativas, mas traduz um projeto de formação comprometido com a transformação da realidade institucional e social. É fruto de um processo coletivo de escuta, reflexão e sistematização, que busca alinhar as práticas pedagógicas da Escola com os desafios contemporâneos da atuação ministerial, em consonância com o Planejamento Estratégico do MPMG e com os princípios constitucionais que regem o serviço público.

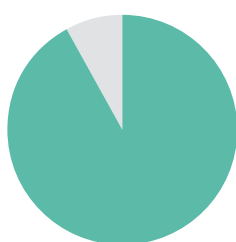
Este documento estrutura-se em capítulos que abordam, de forma articulada, a história, as bases legais, os objetivos regimentais do CEAF, seus princípios e valores pedagógicos, a organização física e funcional, a inserção estratégica no contexto institucional, o diagnóstico da instituição, os processos de planejamento, execução e avaliação das ações educacionais e o plano de ação e metas. Trata também da oferta de cursos presenciais e virtuais, do uso de recursos tecnológicos, da política de acessibilidade e inclusão, e da perspectiva de inovação aplicada à formação funcional.

A atualização do PPP foi fundamentada em processo de escuta institucional realizado no segundo semestre de 2025, que contou com a participação de 663 integrantes do MPMG. Os resultados apontaram elevado reconhecimento da atuação do CEAF:



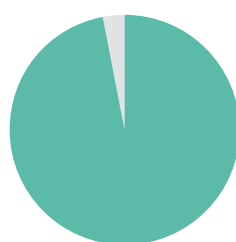
**96%**

Avaliaram positivamente a comunicação institucional



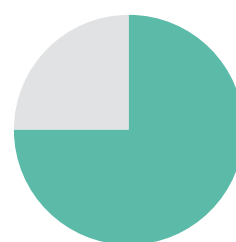
**92%**

Classificaram as ações educacionais como satisfatórias



**97%**

Afirmaram conhecer a Escola Virtual



**75%**

Utilizam a Escola Virtual

Ao mesmo tempo, a escuta institucional e a análise integrada do diagnóstico e da matriz SWOT evidenciaram desafios estruturantes que orientam este Projeto Político-Pedagógico. Dentre eles, destacam-se a necessidade de ampliar a visi-

bilidade e o acesso aos serviços do CEAF – especialmente Biblioteca, Memorial e Publicações –, a urgência de avançar na modernização tecnológica e na melhoria da usabilidade das plataformas institucionais, bem como o fortalecimento da acessibilidade, da inclusão e da representatividade nas ações formativas. Soma-se a esses aspectos a demanda por uma oferta pedagógica mais alinhada às realidades de trabalho, com formatos práticos e modulares, capazes de alcançar de forma mais equitativa os diferentes públicos da instituição.

Esses desafios foram sistematizados e traduzidos, neste PPP, em diretrizes estratégicas que se materializam em cinco eixos de atuação: fortalecimento da comunicação institucional e da visibilidade dos serviços; modernização tecnológica e melhoria da usabilidade; aperfeiçoamento pedagógico e integração entre teoria e prática; acessibilidade, inclusão e representatividade e gestão e processos pedagógicos. Esses eixos orientaram a formulação das metas institucionais e do Plano de Ação para o próximo triênio, assegurando coerência entre diagnóstico, planejamento e execução.

O CEAF reafirma, com este PPP, seu papel como espaço de aprendizagem crítica e de fortalecimento institucional. Ao reconhecer a formação como eixo estruturante da transformação organizacional, o CEAF se consolida como escola de governo comprometida com a excelência, a inclusão, a inovação e o interesse público.

## 2. História, Bases Legais e Objetivos Regimentais

### 2.1. História do CEAF

- **1979** Origem. Criação do “Centro de Aperfeiçoamento Cultural e Profissional” (Portaria PGJ nº 142) para promover educação e cultura jurídica.
- **1979** Institucionalização. A Lei Estadual n.º 8.222 define as competências iniciais, como a organização de concursos e reciclagem de membros.
- **1981** Estagiários. O Centro assume a coordenação e acompanhamento do serviço de estagiários do Ministério Público.
- **1994** Nascimento do CEAF. A Lei Complementar nº 34 oficializa o nome “Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional” e amplia suas atribuições formativas.
- **1996** Pesquisa. Criação do Núcleo de Pesquisas Jurídicas, fortalecendo a produção acadêmica institucional.
- **1997** Estrutura e Informação. Instituição da estrutura orgânica e incorporação da Biblioteca da PGJ ao CEAF.

- **2002** Gestão e Memória. Reafirmação das finalidades de planejamento (2002) e criação do Arquivo do MPMG vinculado ao CEAF (2004).
- **2007** Reestruturação. Redefinição da estrutura (Superintendência e Diretorias) e criação dos Conselhos Científico e Editorial.
- **2008** Inovação e Cultura. Criação do Memorial do MPMG, da Escola Virtual (plataforma Moodle) e da Biblioteca Virtual.
- **2011** Escola Institucional. Reconhecimento oficial como Escola Institucional com autonomia pedagógica e criação da Coordenadoria Pedagógica (COPED).
- **2019** Consolidação. Aprovação do Regulamento Interno, estabelecendo diretrizes modernas para a educação corporativa e pós-graduação.

## 2.2. Bases Legais

A atuação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), enquanto Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), encontra respaldo em diversos dispositivos constitucionais, legais e normativos que reconhecem a formação continuada de agentes públicos como instrumento essencial para a qualificação da administração pública.

O art. 35 da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) atribui aos CEAFs a promoção de cursos, seminários, congressos, pesquisas, publicações e outras atividades formativas voltadas ao aprimoramento técnico, cultural e funcional de membros e servidores, com vistas à melhoria da atuação institucional e ao uso racional dos recursos públicos. No plano estadual, a Lei Complementar nº 34/1994, que organiza o Ministério Público de Minas Gerais, reconhece o CEAF como órgão auxiliar da atividade de Centro de Apoio Operacional às Procuradorias de Justiça, vinculando sua atuação à política institucional de formação e desenvolvimento.

A Emenda Constitucional nº 19/1998 inovou ao instituir as escolas de governo como estruturas permanentes para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, estabelecendo, inclusive, a participação em atividades educacionais como critério para promoção na carreira. O CEAF foi oficialmente reconhecido como Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais por meio da Resolução PGJ nº 59/2011, que estabeleceu sua disciplina interna e lhe conferiu autonomia pedagógica. A partir dessa normatização, o CEAF passou a atuar de forma ampliada, incorporando entre suas finalidades a elaboração de projetos voltados à organização institucional, bem como o desenvolvimento de políticas de gestão do conhecimento, com foco na obtenção, preservação, compartilhamento e disseminação de saberes estratégicos para a atuação ministerial.

Em 2013, o CEAF obteve o credenciamento do Conselho Estadual de Educação (CEE) para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, conforme Decreto Estadual n.º 488/2013, consolidando sua natureza educacional formal e sua inserção no sistema estadual de ensino. Com essa normatização, de acordo com a Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), ao regulamentar a Educação Profissional e a formação ao longo da vida, o CEAF passou a integrar o sistema público de ensino, reconhecendo sua atuação na modalidade de educação profissional. Assim, passou a reger-se por princípios próprios da LDB, como a liberdade de ensino e pesquisa, a gestão democrática, a gratuidade e a articulação entre educação, trabalho e práticas sociais. Além disso, em consonância com os artigos 12 e 14 da LDB, exige-se a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico construído coletivamente, que reflita os princípios e finalidades formativos da instituição.

O Decreto n.º 9.991/2019 estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A norma reforça a importância da qualificação continuada como instrumento estratégico para o aprimoramento do serviço público e para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais. No contexto do Ministério Público, o CEAF alinha-se a esses princípios ao promover ações educativas articuladas com os objetivos institucionais e com o aperfeiçoamento da atuação funcional de seus integrantes.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lei n.º 13.146/2015), ao dispor sobre o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, fundamenta a política de acessibilidade adotada pelo CEAF, orientando a oferta de ações educacionais que respeitem as diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e sociais dos participantes. A LBI estabelece que é dever das instituições garantirem condições de igualdade, autonomia, permanência e participação nas atividades educacionais, o que exige a implementação de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, formação docente específica e adaptações curriculares sempre que necessário. Esse compromisso ético e legal com a inclusão é reforçado pela Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que afirma a necessidade de que sistemas educacionais estejam preparados para acolher todos os indivíduos, reconhecendo a diversidade como valor fundamental para a aprendizagem.

Essa base normativa e institucional consolida o CEAF como espaço estratégico de desenvolvimento humano, inovação e produção de conhecimento no âmbito do MPMG, legitimando sua atuação enquanto Escola de Governo comprometida com o aprimoramento das políticas públicas e com a transformação da realidade social.

### 2.3. Objetivos Regimentais

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) constitui órgão auxiliar do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, tendo suas atribuições definidas no art. 83 da Lei Complementar n.º 34/94:

I - instituir curso preparatório de candidatos aprovados no concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e serviços auxiliares, com duração mínima de 30 (trinta) dias;

II - instituir curso de aperfeiçoamento e especialização de membro do Ministério Público e de serviços auxiliares;

III - realizar seminários, congressos, cursos, simpósios, pesquisas e estudos, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros do Ministério Público e de serviços auxiliares;

IV - promover curso de reciclagem e aprimoramento de membro do Ministério Público, especialmente em estágio probatório;

V - realizar encontros locais e regionais e ciclos de estudo e pesquisa entre membros das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

VI - promover intercâmbio cultural e científico com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VII - editar trabalhos jurídicos de membros do Ministério Público;

VIII - firmar convênios com entidades de classe, de ensino jurídico ou área correlata, nacionais ou estrangeiras;

IX - (Revogado pelo inciso XII do art. 99 da Lei Complementar nº 163, de 4/8/2021.)

Dispositivo revogado:

"IX - realizar o curso referido no art. 179;"

X - indicar os expositores regulares ou eventuais para os cursos oficiais do órgão, ouvido o Procurador-Geral de Justiça.

Além disso, o art. 5º da Resolução PGJ nº 59/2011 discorre sobre as competências do CEAF:

I - planejar, coordenar e avaliar as atividades de formação, qualificação e aperfeiçoamento desenvolvidas pelo Ministério Público;

II - coordenar a elaboração de programas e metodologias de ensino para cursos preparatórios de candidatos aprovados no concurso de ingresso nas carreiras do Ministério Público;

III - realizar cursos de aprimoramento funcional para a promoção por merecimento e de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento de membros do Ministério Público;

IV - manifestar acerca do aproveitamento dos candidatos aprovados no concurso de ingresso na carreira de membro do Ministério Público, no período relativo aos estágios de orientação e preparação e de aprimoramento;

V - realizar cursos de aprimoramento funcional para a promoção na carreira dos servidores do Ministério Público;

VI - instituir cursos de especialização voltados para a excelência de atuação dos integrantes das carreiras do Ministério Público nas diferentes áreas da Instituição;

VII - promover a realização de atividades acadêmicas, estudos especiais, reuniões de trabalho, discussões dirigidas, palestras, seminários, simpósios, painéis, encontros e ciclos de estudos, por meio de ações articuladas em nível local, regional e nacional;

VIII - coordenar e integrar as atividades relativas à captação, geração, registro, codificação, preservação, apropriação e disseminação do conhecimento, estimulando e sistematizando o processo de aprendizagem organizacional;

IX - coordenar a implementação das políticas de gestão de acervos bibliográficos, documentais, históricos, artísticos, de materiais especiais, em meios físicos ou eletrônicos, no âmbito do Ministério Público;

X - promover a uniformização e zelar pela qualidade da produção editorial periódica e especial, em meios físicos, eletrônicos ou digitais, elaborada e editada no âmbito do Ministério Público, excetuando-se as publicações afetas à Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral de Justiça;

XI - coordenar e acompanhar as atividades de estágio no Ministério Público, assim como promover concursos para estagiários;

XII - promover a integração e o intercâmbio educacional, cultural e científico com instituições e entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, por meio da realização de convênios, ou acordos relativos às suas atividades especializadas;

XIII - promover ações e estudos que ofereçam suporte conceitual e de natureza doutrinária e política às atividades do Ministério Público;

XIV - apoiar as atividades funcionais do Ministério Público na segunda instância, promovendo a sistematização, integração e uniformização de informações técnico-jurídicas e a atuação em áreas de atividades comuns, bem como o curso de aprimoramento funcional para exercício de atribuições na 2ª instância;

XV - propor, planejar, organizar, divulgar e executar atividades de apoio técnico e operacional à realização de cursos, seminários, simpósios, congressos, conferências, encontros e ciclos de estudos relativos às atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, providenciando a infraestrutura necessária;

XVI - auxiliar a Comissão de Concurso na realização do concurso para ingresso na carreira do Ministério Público;

XVII - auxiliar ao Conselho Superior do Ministério Público, quando solicitado, na análise dos requerimentos de licença especial para frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior, de que trata o art. 137, II, LC 34/94.

Portanto, o CEAFF, enquanto Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, tem como finalidade principal planejar, coordenar, desenvolver e avaliar ações educativas voltadas ao aperfeiçoamento contínuo de membros, servidores e colaboradores da instituição. Esses objetivos estão alinhados ao fortalecimento das capacidades institucionais e à consolidação de uma cultura de aprendizagem crítica, ética e comprometida com a transformação social.

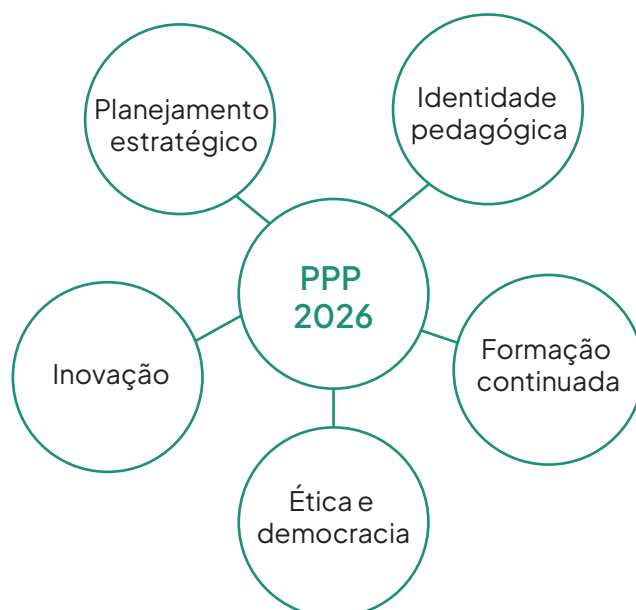
Na qualidade de Escola de Governo, o CEAFF tem o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento de políticas públicas estratégicas, por meio da formação técnica e humanística dos agentes públicos que integram o MPMG. Suas ações visam fomentar competências essenciais à atuação funcional, promover a cultura organizacional orientada por resultados, incentivar a inovação e garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A elaboração deste Projeto Político-Pedagógico (PPP) observou a Recomendação de Caráter Geral CNMP nº 2, de 4 de julho de 2017, que orienta a construção de um PPP participativo nas escolas do Ministério Público, alinhado ao planejamento estratégico, para o cumprimento dos objetivos e da missão institucional da Escola. Nesse sentido, este documento resulta de um processo que envolveu escuta institucional, análise de políticas estratégicas, consulta aos integrantes do MPMG e alinhamento com os planos e metas das diretorias do CEAF. O presente PPP, portanto, materializa os compromissos do CEAF com a qualificação da atuação ministerial e com a excelência da gestão pública. Trata-se não apenas de um instrumento normativo, mas de um guia estratégico construído a partir do diálogo com os diversos setores, fundamentado em princípios democráticos e orientado à inovação, à ética e ao interesse público.

## 3. Princípios e Valores Pedagógicos

### 3.1. Princípios Pedagógicos do CEAF

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma construção coletiva e intencional, resultado da participação ativa das diversas áreas da instituição e validado por sua gestão pedagógica e administrativa. É um instrumento vivo que expressa a identidade da instituição, norteia sua ação formativa e organiza os processos educacionais com base em princípios éticos, democráticos e críticos. Na perspectiva proposta por Veiga (2001), o PPP deve ser entendido não como um documento burocrático, mas como uma ação planejada e permanentemente avaliada, com base na realidade institucional e nas necessidades formativas dos sujeitos. Ele traduz uma opção política e pedagógica, articulando a formação profissional com a transformação social.



No contexto da sociedade do conhecimento e da transformação digital, a Escola Institucional assume papel estratégico, sendo responsável por promover a formação crítica, ética e inovadora de membros e servidores do MPMG.

Seu compromisso não se restringe ao desenvolvimento de competências técnicas, mas abrange a construção de sujeitos reflexivos, conscientes de sua missão institucional e de sua responsabilidade social. A Escola consolida-se como um espaço inclusivo e acessível de debate e aprendizado para todos os integrantes do MPMG.

O CEA/MPMG, como Escola Institucional do Ministério Público, fundamenta-se nos princípios constitucionais da promoção da cidadania (CF/1988, art. 1º e 3º) e na garantia da educação como direito de todos e dever do Estado (CF/1988, art. 205). Também se ampara na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996), que assegura a formação continuada como pilar para o desenvolvimento profissional e institucional. Ademais, segundo a LDB, incumbe ao estabelecimento de ensino elaborar e executar sua proposta pedagógica, independentemente de sua natureza jurídica ou vinculação. Além disso, este PPP observa os princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que defende o direito à educação inclusiva, acolhendo a diversidade humana e promovendo a equidade de acesso e permanência nos processos formativos.

O CEA reconhece seu papel como parte integrante da rede de escolas de governo no Brasil, cuja missão vai além da qualificação técnica, envolvendo o fortalecimento das capacidades estatais e a consolidação da administração pública como espaço democrático e eficiente. Segundo Schabbach e Ramos (2024), as escolas de governo são peças-chave para o desenvolvimento das competências dos servidores públicos, contribuindo diretamente para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, especialmente em contextos de descentralização e crescente complexidade das demandas sociais. Nesse sentido, o CEA adota uma perspectiva pedagógica que articula desenvolvimento profissional, aprimoramento contínuo e responsabilidade pública, em consonância com a missão institucional de qualificar os quadros funcionais para a efetiva transformação da realidade social.

O CEA adota, como referência pedagógica, os quatro pilares da educação propostos pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, no Relatório para a Unesco (1996):

**Aprender  
a conhecer**

**Aprender  
a fazer**

**Aprender  
a conviver**

**Aprender  
a ser**

Esses pilares orientam a construção de uma formação integral, que engloba ensino, pesquisa e práticas aplicadas, promovendo a aprendizagem significativa e colaborativa. O objetivo é formar profissionais capazes de atuar de maneira crítica, criativa e responsável em um ambiente público cada vez mais desafiador. Busca-se, assim, desenvolver competências e habilidades como instrumentos para o fortalecimento de uma administração pública ágil, eficiente e eficaz.

A concepção de educação continuada adotada pelo CEA apoia-se no princípio da aprendizagem permanente, conforme defendido por Freire (1996), e na ideia de que o servidor público é sujeito histórico, capaz de refletir e se transformar.

A formação promovida pela Escola articula o desenvolvimento de competências cognitivas, relacionais, éticas e operacionais, com base em metodologias participativas, no uso estratégico de tecnologias educacionais e na valorização do conhecimento coletivo e institucional.

Compreendendo que o Ministério Público atua em um cenário de mudanças sociais, políticas e tecnológicas permanentes, o CEAF reconhece que o aprendizado organizacional, isto é, a capacidade de criar, sistematizar e aplicar novos conhecimentos dentro da instituição, é um diferencial estratégico. Estudos no setor público brasileiro indicam que a criação de uma cultura de inovação, o apoio à partilha de conhecimento e um clima organizacional favorável contribuem diretamente para o desenvolvimento institucional e a agilidade nas respostas às demandas sociais (Sena; Vasconcelos; Thiago, 2023). Além disso, pesquisas mostram que uma cultura orientada por dados e pela inovação técnica pode aumentar a criatividade e a eficácia organizacional, impactando positivamente os resultados do serviço público (Silva; Almeida; Sales, 2024).

Além disso, conforme demonstram Furis, Silva e Hoelz (2024), a combinação de capacitação planejada, programas contínuos de desenvolvimento e ações reflexivas confere aos servidores um repertório ampliado para enfrentar os desafios contemporâneos. Os autores destacam que as práticas de formação integradas, envolvendo momentos de capacitação, supervisão e autoavaliação, são fundamentais para fortalecer a autonomia técnica e contribuir para a melhoria dos serviços jurídicos e administrativos.

Em consonância com os valores institucionais e os princípios que regem a atuação do Ministério Público, o CEAF reafirma seu compromisso com a promoção da acessibilidade plena nas ações educacionais que organiza. Conforme dispõe a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é dever das instituições assegurar a acessibilidade como um direito de todos os estudantes, incluindo a garantia de acesso a todas as modalidades e níveis de ensino:

Art. 27 A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

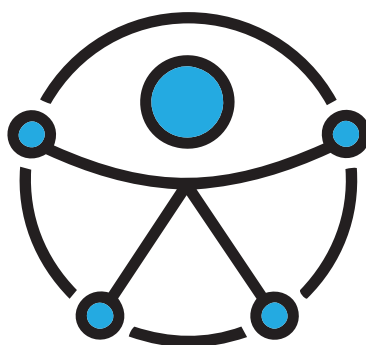
O CEAF busca promover a **acessibilidade** e a **inclusão** do público, interno e externo, nas ações educacionais que organiza, difundindo o conhecimento a todas as pessoas com deficiência ou não, de forma isonômica, inclusiva e acessível. A incorporação da acessibilidade às práticas pedagógicas demonstra o compromisso institucional com a valorização da diversidade humana, a promoção da independência e da autonomia, o enfrentamento de todas as formas de discriminação e a construção de um Ministério Público mais justo, inclusivo e eficiente.

Entre as estratégias pedagógicas e estruturais adotadas pelo CEAF para promover a acessibilidade, destacam-se:

- Promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo, que envolva a participação de todos os colaboradores no processo de aprendizagem, incentivando a colaboração e o respeito às diferenças;
- Oferta de recursos e tecnologias assistivas, que permitam que alunos com deficiência visual, auditiva, motora ou com outras necessidades específicas participem efetivamente das ações educacionais;
- Adaptação de materiais e recursos, como intérprete de Libras, legendas em vídeos, audiodescrição, descrição de imagens, *softwares* de leitura de tela e de reconhecimento de voz, que facilitem a inclusão de todos;
- Acessibilidade do espaço físico e virtual onde ocorrem as ações educacionais do CEAF: elevadores, banheiros adaptados, mobiliário acessível, sinalização visual e ambiente virtual de aprendizagem com navegação intuitiva e compatível com ferramentas assistivas;
- Capacitação contínua de docentes e colaboradores sobre práticas educacionais inclusivas e acessibilidade para atender às necessidades de cada estudante;
- Formação de equipe de orientação e apoio aos alunos, dedicada a acompanhar a trajetória dos alunos com deficiência, promovendo atendimento individualizado sempre que necessário.

O Símbolo Internacional de Acessibilidade da ONU, criado em 2015 e oficializado no Brasil pelo Projeto de Lei nº 2.199/2022, aprovado pelo Senado Federal em 2025, é representado por uma figura humana com os braços abertos no logotipo (Figura 1).

**Figura 1: Símbolo Internacional de Acessibilidade.**



Fonte: Brasil, 2022.

Essa imagem simboliza a inclusão de pessoas em todos os contextos, reforçando o compromisso com a acessibilidade universal. O uso desse símbolo no PPP reforça visualmente o princípio da educação como direito universal. Assim, a acessibilidade no CEAF não é apenas um requisito legal, mas uma dimensão ética e pedagógica fundamental, incorporada ao PPP como expressão do compromisso institucional com a cidadania e os direitos humanos.

Nesse sentido, o CEAF busca consolidar-se como um espaço institucional de aprendizagem democrática e inclusiva, que valoriza a experiência, o diálogo e a escuta ativa. Suas ações promovem a articulação entre teoria e prática, conhecimento e ação institucional, sempre em consonância com as políticas e diretrizes da instituição, fortalecendo o desenvolvimento do capital humano conforme a missão, a visão e os valores institucionais.

### 3.2. Missão, Visão e Valores Institucionais

A missão, a visão e os valores institucionais do CEAF expressam a identidade, os compromissos e os princípios que norteiam sua atuação como escola de governo. Esses elementos foram construídos de forma participativa e representam a base sobre a qual se estruturam as ações educacionais, de pesquisa, inovação e desenvolvimento organizacional. Mais do que declarações formais, constituem diretrizes orientadoras da prática pedagógica e da gestão institucional, assegurando alinhamento com os objetivos estratégicos do MPMG e com os valores democráticos que regem o serviço público.

**Figura 2 – Missão, Visão e Valores do CEAF.**

#### Missão

Promover o aprimoramento contínuo de competências dos integrantes do MPMG, por meio da produção e compartilhamento estratégico de conhecimentos, visando a uma atuação institucional eficiente, eficaz e socialmente transformadora.

#### Visão

Ser referência em formação e desenvolvimento dos integrantes do MPMG, promovendo a aprendizagem organizacional e a transformação social por meio de uma atuação pública, ética e inclusiva.

#### Valores

- Criatividade e inovação;
- Troca de boas práticas;
- Educação continuada;
- Excelência;
- Gestão do conhecimento;
- Inclusão social;
- Reflexão crítica;
- Respeito à diversidade;
- Sustentabilidade;
- Valorização das pessoas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Ao reafirmar seu compromisso com a excelência, a inclusão e o desenvolvimento contínuo de seus integrantes, o CEAF consolida-se como um espaço de aprendizagem organizacional e fortalecimento institucional. A missão, a visão e os valores aqui apresentados refletem o entendimento de que a formação no setor público deve ser crítica, transformadora e orientada por finalidades sociais, contribuindo para a construção de uma atuação ministerial mais ética, eficaz e sensível às necessidades da sociedade.

## 4. Estrutura Organizacional e Física

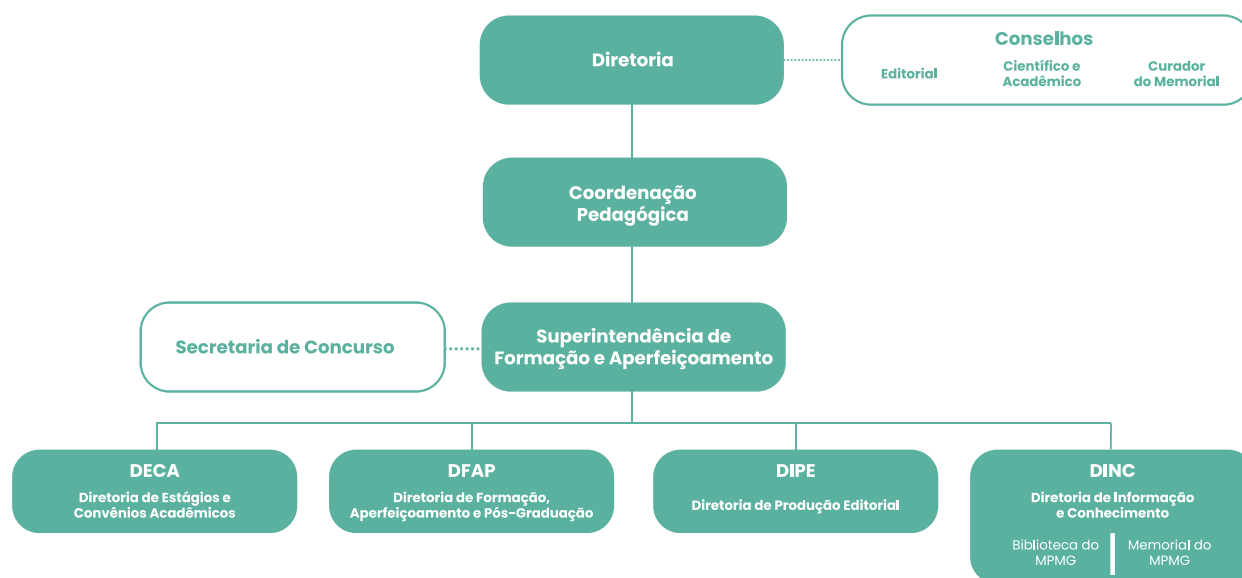
### 4.1. Estrutura Organizacional Administrativa

Conforme a Resolução PGJ nº 59/2011, a estrutura orgânica do CEAF compreende as seguintes unidades:

- Diretoria do CEAF;
- Coordenadoria Pedagógica (COPEP);
- Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento (SFA);
- Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA);
- Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (DFAP);
- Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC);
- Diretoria de Produção Editorial (DIPE).

Além dessas unidades, integram a área de competência do CEAF, por vínculo institucional, as seguintes instâncias colegiadas: o Conselho Científico e Acadêmico, o Conselho Curador do Memorial do Ministério Público e o Conselho Editorial, conforme ilustrado na Figura 3.

**Figura 3 – Organograma Institucional do CEAF.**



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A Diretoria do CEAF é exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça com mais de dez anos de carreira, de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça, nos termos do artigo 82 da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994. O Diretor do CEAF exerce também, sem prejuízo das demais atribuições, a função de Secretário do Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público, conforme dispõe a Resolução PGJ nº 59/2011.

A Coordenadoria Pedagógica do CEAF é exercida por membro da instituição com reconhecida qualificação acadêmica, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, e tem como finalidade prestar apoio pedagógico à Escola Institucional. Compete ao Coordenador Pedagógico:

- Assessorar a realização de atividades voltadas à formação e ao desenvolvimento de capacidades individuais, coletivas e sociais;
- Acompanhar a elaboração e a execução de projetos, programas e atividades educacionais no âmbito do CEAF;
- Propor e acompanhar metodologias e processos de avaliação dos alunos nos cursos desenvolvidos;
- Sugerir ações para a definição de conteúdo e atividades curriculares;
- Assessorar o Conselho Científico e Acadêmico na seleção do corpo docente;
- Assessorar o Conselho Editorial, propondo a linha teórica das publicações e auxiliando na seleção das matérias a serem publicadas;
- Propor e acompanhar o desenvolvimento de trabalhos de coleta e tratamento de dados para a construção de indicadores e análises estatísticas que subsidiem planos e projetos pedagógicos e de pesquisa científica;
- Exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas.

Dessa forma, a Coordenadoria Pedagógica assume papel estratégico no fortalecimento das práticas educativas institucionais, contribuindo para a qualidade dos processos formativos, a inovação curricular e a integração entre as diversas instâncias acadêmicas e pedagógicas do CEAF.

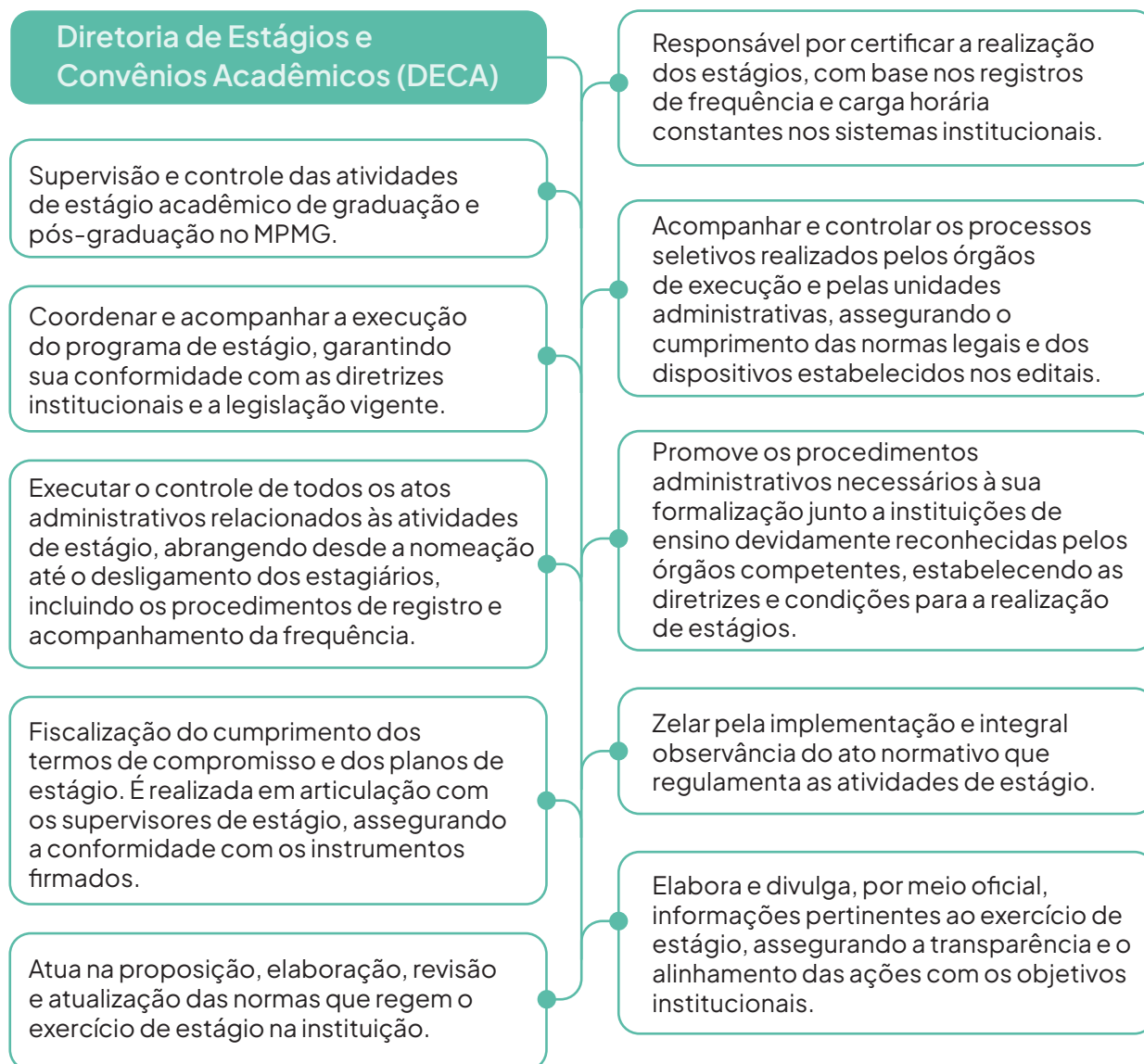
A Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento (SFA) é uma unidade administrativa do CEAF, tendo como objetivo operacional planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de formação e aperfeiçoamento dos integrantes das carreiras do Ministério Público, bem como aquelas relacionadas à obtenção, preservação, compartilhamento e disseminação do conhecimento. Além disso, compete à SFA promover atividades de apoio administrativo à Comissão de Concurso. Entre as atribuições da Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento, destacam-se:

- Acompanhar o desenvolvimento das atividades de formação e aperfeiçoamento, providenciando os meios necessários para sua execução e avaliação;
- Planejar, executar e acompanhar as atividades de formação e aperfeiçoamento relativas a cursos, estudos especiais, reuniões de trabalho, discussões dirigidas, palestras, seminários, simpósios, painéis, encontros e ciclos de estudos;
- Articular as atividades de divulgação e de produção editorial referentes às ações de formação e aperfeiçoamento realizadas;
- Planejar, executar e acompanhar as atividades relacionadas à captação, geração, registro, codificação, preservação, apropriação e disseminação do conhecimento, entre outras atividades correlatas.

Cabe ainda à Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento acompanhar a execução do Plano Geral de Atuação do CEAF, promovendo as ações necessárias à efetiva implantação das metas estabelecidas pelas Diretorias da referida unidade.

### 4.1.1. Atribuições das Diretorias

#### 4.1.1.1. Diretoria de Estágio e Convênios Acadêmicos (DECA)



#### 4.1.1.2. Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (DFAP)

A Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (DFAP) tem como finalidade planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de formação e desenvolvimento de capacidades individuais, coletivas e sociais realizadas pelo CEAF. Entre suas atribuições, destacam-se:

- Planejar, coordenar, executar e avaliar programas de educação e atividades de formação, qualificação e aperfeiçoamento desenvolvidos no âmbito do CEAF;

- Apoiar a formação do quadro docente, bem como indicar instituições e profissionais para a realização de atividades de formação e aperfeiçoamento;
- Supervisionar a execução do plano didático-pedagógico dos cursos, propondo melhorias para o aperfeiçoamento do ensino, além de auxiliar e prestar apoio administrativo aos docentes e discentes;
- Identificar e propor metodologias de ensino, monitoramento e avaliação das atividades curriculares, adequadas à consecução dos objetivos educacionais do CEAF;
- Pesquisar, sugerir e acompanhar a adequação de práticas, cursos e instalações aos critérios de avaliação estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e por agências de fomento à pesquisa;
- Acompanhar os processos de reconhecimento, credenciamento, cadastramento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como de educação a distância junto ao MEC;
- Efetuar os registros acadêmicos relativos ao desenvolvimento das atividades curriculares de formação e aperfeiçoamento;
- Emitir certidões e certificados relativos às atividades de formação e aperfeiçoamento realizadas;
- Zelar pela organização das salas de aula, sala dos professores, bem como pela manutenção dos equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
- Organizar e manter arquivos e documentos relativos ao registro e ao conteúdo das atividades de formação e de aperfeiçoamento, encaminhando originais ou cópias à Diretoria de Informação e Conhecimento, objetivando sua disponibilização, uso, registro e preservação da história e da memória resultantes das atividades culturais, de formação e de aperfeiçoamento;
- Orientar os alunos dos cursos de educação a distância sobre a correta e efetiva utilização dos respectivos sistemas de informação;
- Acompanhar a utilização dos sistemas informatizados voltados à educação, propondo intervenções evolutivas e corretivas quando necessário;
- Propor a elaboração de ferramentas e recursos didáticos utilizando materiais multimídia, bem como planejar e gerenciar projetos de *design* instrucional;
- Exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas.

O Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento Presencial (NUFAP) é responsável pela gestão das capacitações presenciais oferecidas pelo CEAF, tanto em Belo Horizonte quanto no interior de Minas Gerais. Além disso, a DFAP está credenciada junto ao Conselho Estadual de Educação para a promoção de cursos de pós-graduação até 2028 por meio da Resolução SEE N° 5046, de 18 de julho de 2024. A DFAP também gerencia a Escola Virtual do MPMG, por meio de seu Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento a Distância (NUFAD), que administra as capacitações virtuais promovidas pelo CEAF.

### 4.1.1.3. Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)

A Diretoria de Informação e Aperfeiçoamento (DINC) promove a organização, a preservação e a disseminação do conhecimento e da memória institucional, essenciais ao processo de aprendizagem e de formação continuada.

A Biblioteca e o Memorial do Ministério Público integram a DINC e têm papel estratégico no apoio à Escola Institucional do MPMG, pois constituem espaços formativos que integram e qualificam as ações pedagógicas da Escola. Por meio da promoção do acesso à informação, do incentivo à pesquisa, da preservação da memória e da valorização da identidade institucional, essas unidades fortalecem os eixos estruturantes do Projeto Político-Pedagógico, conferindo solidez, profundidade histórica e respaldo técnico-científico às atividades educacionais desenvolvidas.

A Biblioteca do MPMG, por meio de suas divisões, realiza pesquisas jurídicas, gerencia acervos bibliográficos e dissemina a legislação e a produção normativa da instituição, contribuindo diretamente para a qualificação técnica dos integrantes do MPMG. Com acervo especializado em Direito e áreas afins – como ciências sociais, políticas públicas, filosofia, ética e gestão pública –, a Biblioteca oferece suporte informacional a membros, servidores, estagiários, terceirizados e pesquisadores. Seu acervo contempla livros, periódicos, legislação, doutrina, jurisprudência, publicações institucionais e documentos técnicos. Além do acervo físico, a Biblioteca disponibiliza produtos e serviços *online*, como o boletim semanal Informativo Online, o acesso remoto a obras jurídicas de referência por meio das plataformas digitais (ProView, Minha Biblioteca, Fórum, Revista dos Tribunais Online), pesquisas especializadas, sumários correntes e acesso a normas técnicas e também aos atos normativos do MPMG (MP Normas).

O Memorial do MPMG preserva e divulga a história e os valores da instituição, fortalecendo a identidade institucional e promovendo a educação patrimonial. O seu acervo é composto por documentos históricos, fotografias, mobiliário, objetos museográficos, publicações, peças processuais, atas de concursos e registros audiovisuais, entre outros. Os materiais representam a trajetória do MPMG desde a Constituição Estadual de 1891 até os dias atuais, destacando sua contribuição histórica na defesa da ordem jurídica, dos direitos fundamentais e do regime democrático. Entre os projetos desenvolvidos, destaca-se o “História Oral”, que reúne depoimentos de membros e servidores, o “Memória em Destaque”, que divulga conteúdos históricos nos canais institucionais, e as “Exposições Temporárias”, que abordam temas artísticos, culturais, históricos e relacionados à atuação institucional.

### 4.1.1.4. Diretoria de Produção Editorial (DIPE)

A Diretoria de Produção Editorial (DIPE) é a unidade de apoio administrativo vinculada à Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento. Seu objetivo é planejar, executar e supervisionar a produção, normatização e divulgação de conteúdos pedagógicos e técnico-científicos do CEAF, atuando na gestão editorial, na produção de conteúdos escritos, audiovisuais e gráficos, na divulgação e gestão do acervo, bem como no apoio e normatização das publicações.

Entre suas principais competências, destacam-se:

### **1. Planejamento e Gestão Editorial**

- Criação e implementação da política editorial da Escola;
- Planejamento e coordenação de projetos;
- Gerenciamento da distribuição de exemplares.

### **2. Produção de Conteúdo Escrito**

- Seleção e revisão de trabalhos científicos;
- Garantia de conformidade com padrões de qualidade;
- Padronização de materiais didáticos.

### **3. Produção de Conteúdo Audiovisual e Gráfico**

- Coordenação de todas as etapas de produção (p. ex.: cursos e vídeos institucionais);
- Produção gráfica e diagramação;
- Gerenciamento de demandas de impressão.

### **4. Divulgação e Gestão de Acervo**

- Desenvolvimento de estratégias de divulgação;
- Distribuição de publicações;
- Administração de canais digitais da Escola;
- Manutenção do acervo físico e eletrônico.

### **5. Apoio e Normatização**

- Padronização e revisão de trabalhos;
- Regularização de periódicos;
- Registro de obras intelectuais;
- Apoio técnico ao Conselho Editorial.

### **6. Produções Editoriais da DIPE**

- A DIPE edita e publica diversas obras funcionais, impressas e digitais, como:
- Livro “Membros Ilustres” – Volumes I e II;
- Revista De Jure (ISSN 2358–453X);
- MPMG Jurídico (ISSN 1809–8673).
- Em parceria com outras unidades do MPMG, produz e divulga materiais, como:
- Guia Metodológico para Apoio às Vítimas;

- Manual Prático da Audiência de Custódia;
- Guia para Atuação Ministerial em Violência Doméstica.

Além disso, elabora tutoriais e manuais técnicos em parceria com outros setores, como os manuais do SEI.

## 4.2. Estrutura Física

### 4.2.1. Instalações Físicas e Recursos Logísticos

A estrutura física do CEAF está distribuída pelo andar pilotis do Edifício Carlos Ferreira Brandão (Rua Dias Adorno, 367, Santo Agostinho) e pelos três primeiros andares do Edifício José Campomizzi Filho (Avenida Álvares Cabral, 1740, Santo Agostinho). As instalações contam com ambientes e salas de aula equipados, projetados para promover um ambiente educacional de qualidade.

No andar do pilotis do Edifício Carlos Ferreira Brandão está o Memorial do Ministério Público de Minas Gerais, um espaço vivo de memória e identidade institucional. Com uma curadoria cuidadosa, o Memorial resgata e compartilha documentos, objetos e histórias que contam a trajetória do MPMG, contribuindo para a educação e o fortalecimento da nossa cultura organizacional.

No primeiro andar do Edifício José Campomizzi Filho há uma sala de aula com capacidade para 55 alunos, equipada com oito telas para projeção, câmeras para gravação e transmissão ao vivo, além de acessibilidade para usuários de cadeiras de rodas, como rampa de acesso e locais demarcados no piso. As gravações dos eventos também podem ser disponibilizadas na Escola Virtual. Neste andar, localiza-se também a sala de professores, com equipamento para reuniões *online*, TV para projeção e um *notebook*, além da equipe da Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA) e da Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (DFAP).

No segundo andar do mesmo edifício está a Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC), ao lado da Biblioteca do Ministério Público – um verdadeiro centro de apoio à pesquisa e à formação. Com um acervo físico de mais de 20 mil obras, acesso a importantes bases jurídicas digitais e serviços especializados, a biblioteca oferece tudo o que os estudantes da Escola Institucional precisam para aprofundarem o conhecimento e se manterem atualizados.

No terceiro andar do Edifício José Campomizzi Filho encontram-se em funcionamento a Diretoria do CEAF, a Coordenadoria Pedagógica (COPED), a Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento (SFA), a Secretaria do Concurso e a Diretoria de Produção Editorial (DIPE).

As salas de aula e os principais ambientes mencionados dispõem de recursos de acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas, com avaliação contínua das instalações para garantir a plena acessibilidade a pessoas com outros tipos de deficiência, além de capacitação das equipes para atendimento inclusivo.

## 4.2.2. Recursos Tecnológicos e Ambiente Virtual de Aprendizagem

O CEAF dispõe de uma infraestrutura tecnológica voltada ao apoio das atividades de formação presencial e a distância, buscando oferecer recursos para o desenvolvimento de suas ações educacionais. Os ambientes físicos contam com computadores conectados à *internet*, rede sem fio (*wi-fi*), equipamentos multimídia, sistemas de gravação e transmissão digital, além de *softwares* específicos para apoio pedagógico e administrativo.

A Escola Virtual do MPMG opera com o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle, que permite a oferta de cursos, capacitações e outras atividades formativas de modo remoto, síncrono e assíncrono. A plataforma oferece recursos como fóruns de discussão, materiais didáticos digitais, videoaulas, questionários, atividades discursivas, emissão de certificados digitais e acompanhamento do progresso do estudante. Atendendo ao princípio da inclusão, a Escola Virtual do MPMG e os demais recursos tecnológicos do CEAF buscam promover a acessibilidade para pessoas com deficiência, por meio de suporte técnico individualizado, procurando entender as necessidades específicas de cada usuário. A plataforma é periodicamente avaliada quanto à acessibilidade, promovendo adaptações e melhorias contínuas para garantir o acesso pleno a todos os usuários. Em casos específicos o plano de desenvolvimento individual (PDI) é um recurso disponível para atender as especificidades de cada estudante.

Adicionalmente, os ambientes físicos de aprendizagem contam com equipamentos de apoio, como recurso de projeção de tela, sistemas de sonorização e computadores, além de suporte técnico para usuários com necessidades específicas. Os colaboradores do CEAF recebem orientações quanto à promoção da acessibilidade e estão preparados para o atendimento inclusivo. As solicitações relativas a adaptações são recebidas inicialmente por formulários de inscrições e, posteriormente, alinhadas em contato direto com o solicitante.

A DIPE é responsável pela gestão e suporte técnico das plataformas utilizadas na transmissão das ações educacionais do CEAF, incluindo *webinars* e palestras *online*, por meio das ferramentas Zoom e Microsoft Teams. No campo da comunicação interna, a DIPE administra o uso dos *e-mails* institucionais (e-Lista), que funcionam como canais oficiais para a divulgação de informações e convocações. Para o compartilhamento público de conteúdos educativos e institucionais, a DIPE coordena os canais de distribuição digital, como o YouTube, as redes sociais e o envio periódico de *newsletters*, que ampliam o alcance das ações e reforçam a presença digital da Escola Institucional.

No apoio à produção de materiais de divulgação, a DIPE faz uso de diversos *softwares* de edição gráfica, como Adobe InDesign, Photoshop, Illustrator e Canva, empregados na criação de materiais impressos (livros, revistas, apostilas, *folders*) e digitais (*e-books*, infográficos, apresentações). Complementarmente, são uti-

lizadas ferramentas de edição de texto e revisão, como editores com recursos de correção gramatical, ortográfica e de estilo, por exemplo, o Microsoft Word com complementos de gramática, que garantem a padronização e a qualidade textual dos conteúdos produzidos. A identificação bibliográfica das produções é assegurada por meio do registro de ISBN, atribuído pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), para obras monográficas, e de ISSN, atribuído pelo Centro Brasileiro do ISSN, para publicações seriadas.

No campo audiovisual, a DIPE atua em todas as etapas da produção de conteúdo em vídeo e áudio, empregando *softwares* como Adobe Premiere e CapCut para a pré-produção, produção e pós-produção de cursos em vídeo, vídeos institucionais e aulas gravadas.

Quanto à infraestrutura, a DIPE dispõe de equipamentos de produção audiovisual, como câmeras de alta resolução, microfones profissionais, sistemas de iluminação e tripés, garantindo a qualidade técnica das gravações. Além disso, a Diretoria conta com computadores e *workstations* de alto desempenho, capazes de operar *softwares* pesados de edição e gerenciar grandes volumes de dados com agilidade e segurança.

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei nº 13.709/2018), o CEAf assegura a privacidade, a proteção de dados pessoais e a segurança da informação dos usuários de suas plataformas. Todos os dados de inscrições, respostas a formulários e pesquisas de satisfação são tratados segundo os princípios da finalidade, necessidade e transparência, sendo utilizados exclusivamente para fins institucionais e pedagógicos.

As informações coletadas não são compartilhadas com terceiros, salvo em cumprimento de obrigação legal ou com consentimento do titular, e são armazenadas com segurança em sistemas institucionais. O CEAf adota medidas técnicas e administrativas adequadas para garantir a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade dos dados, reforçando seu compromisso com a ética pública e com o respeito à privacidade dos usuários.

## 5. Alinhamento Estratégico

### 5.1. Inserção do CEAf no Planejamento Estratégico do MPMG

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) está diretamente vinculado à execução do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), sendo corresponsável pela implementação de objetivos institucionais voltados à qualificação funcional, à inovação e ao fortalecimento da cultura organizacional orientada por resultados.

O Planejamento Estratégico do MPMG 2020–2029, revisado em 2022, organiza-se em três perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Integradores e Aprendizado e Crescimento. Nesta última, o CEAF exerce papel central como instância promotora da aprendizagem institucional e do desenvolvimento de competências essenciais à atuação funcional. É nesse campo que se insere, por exemplo, o macro-objetivo 12, que trata da gestão por competências e da qualidade de vida no trabalho, destacando a formação contínua como alicerce da valorização dos quadros institucionais. Soma-se a esse o macro-objetivo 13, que enfatiza a inovação e a transformação digital, contexto no qual o CEAF atua ao disponibilizar ambiente virtual de aprendizagem e estímulo à cultura de inovação. Além disso, articula-se de forma transversal a outros macro-objetivos, como assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários, estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada e fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional, conforme Quadro 1.

### Quadro 1 – Macro-objetivos estratégicos e suas descrições.

<b>Perspectiva estratégica: Aprendizado e crescimento</b> <b>Os temas estão relacionados à habilidade da organização em aprender e inovar</b>	
Macro-objetivo	Descrição
9. Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários	Trata-se de garantir recursos para o desenvolvimento das atividades, inclusive através do fomento à captação de recursos externos, bem como de realizar o monitoramento da aplicação dos recursos, por meio de ferramentas de controle interno.
10. Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada	Refere-se à busca por arcabouço de gestão administrativa estabelecido por elevados padrões científicos atuais, através de projetos e estudos de modernização, com vistas à maior eficiência administrativa e aproveitamento dos recursos públicos alocados.
11. Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional	Engloba os processos de comunicação internos e externos e a imagem institucional perante a sociedade. A comunicação interna “busca promover a integração institucional, facilitar o acesso às informações e obter o envolvimento e a eficácia necessários à consecução dos objetivos de gestão” <sup>1</sup> . A comunicação externa e o aperfeiçoamento do relacionamento do MPMG com a sociedade contribuem para o fortalecimento da sua imagem institucional, com o incremento do senso de legitimidade em relação ao Órgão, no exercício de suas competências constitucionais.

1. Artigo 23 da Recomendação nº 58/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

<p>12. Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho</p>	<p>Preconiza a adoção da ferramenta de gestão por competências em seus diversos aspectos, bem como mantém foco na promoção da saúde e bem-estar do indivíduo.</p>
<p>13. Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras</p>	<p>Compreende a entrega de soluções de tecnologia da informação por meio de inovação e serviços integrados.</p>

Fonte: Ministério Público de Minas Gerais, 2022.

Além de sua inserção no planejamento estratégico, o CEAF está diretamente contemplado no Plano Geral de Atuação Administrativo (PGA Administrativo), por meio da Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento (SFA), vinculada ao CEAF. Nessa estrutura, o CEAF participa da gestão por objetivos e resultados-chave (OKR), sendo responsável por iniciativas estratégicas como:

- Ampliação e Aperfeiçoamento dos Canais de Comunicação Existentes;
- Criação de Fluxos e Instrumentos para Divulgação Visando à Agilidade das Comunicações Internas.

Essas estratégias têm por objetivo aumentar a visibilidade e o conhecimento sobre os produtos e serviços do CEAF. Essa atuação da SFA no PGA Administrativo 2024 revela um alinhamento com as diretrizes estratégicas da instituição, utilizando metodologias atuais de gestão e contribuindo para uma cultura de resultados e de transparência. Ao se integrar aos ciclos trimestrais de OKRs, o CEAF passa a monitorar o impacto de suas ações com maior agilidade, adotando práticas baseadas em dados, evidências e retroalimentação contínua.

Ademais, o CEAF também figura como parceiro estratégico na execução do Plano Geral de Atuação da Área-Fim (PGA Finalístico), especialmente por meio de projetos que demandam capacitação especializada de membros e servidores. A revisão de 2024 do PGA inclui diversas iniciativas nas quais o CEAF atua como executor, colaborador técnico ou suporte formativo, evidenciando o compromisso da Escola Institucional com a formação continuada, a atuação qualificada e a transversalidade dos direitos fundamentais.

Essa integração ao PGA reforça o papel do CEAF não apenas como executor de políticas educacionais, mas também como articulador institucional da aprendizagem organizacional, em consonância com os princípios da eficiência administrativa, inclusão institucional e valorização das pessoas. Dessa forma, o alinhamento do CEAF ao planejamento estratégico do MPMG não se restringe à dimensão operacional, mas expressa um compromisso institucional com o desenvolvimento humano, a excelência na atuação pública e a construção de uma cultura organizacional orientada pela aprendizagem contínua.

## 6. Diagnóstico da Escola Institucional

### 6.1. Metodologia da Escuta Institucional

A escuta institucional foi concebida como um processo participativo, destinado a reunir percepções, expectativas e sugestões dos diversos públicos do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) – membros, servidores, estagiários e terceirizados – a fim de subsidiar o diagnóstico situacional e o planejamento estratégico e pedagógico do próximo triênio. A consulta foi realizada por meio de envio de questionário *online* a todos os integrantes do MPMG no segundo semestre de 2025. O questionário, elaborado na ferramenta Formulários da Microsoft, foi de preenchimento voluntário e ficou disponível por 15 dias com o objetivo de avaliar a atuação global do CEAF. O tempo estimado de resposta foi de dez minutos. A publicidade ocorreu por meio de e-mail institucional, com o envio de banner de divulgação eletrônica em oito datas, além da divulgação do banner na *intranet*, mais especificamente no menu “Informes”, e nas redes sociais institucionais. O *banner* continha os dizeres:

“Você é peça fundamental que move o Ministério Público e seu conhecimento dos processos é a base para construirmos uma instituição mais forte e eficiente. O CEAF, nossa Escola Institucional, está atualizando seu Projeto Político-Pedagógico e quer planejar as próximas capacitações e projetos de desenvolvimento a partir da sua realidade. Queremos entender suas necessidades para oferecer formações que realmente otimizem seu trabalho. Sua participação nesta pesquisa de diagnóstico é fundamental para direcionarmos nossas ações.”

O instrumento adotado foi o Formulário Diagnóstico CEAF 2025, composto por blocos temáticos que refletem as principais dimensões de atuação da Escola Institucional. O formulário consistiu em questões do tipo múltipla escolha com algumas dissertativas a fim de coletar mais detalhes quanto a propostas de melhorias e sugestões de futuras ações para o CEAF. O formulário foi dividido em seis seções: questões gerais, avaliação das ações educacionais, avaliação da biblioteca, avaliação do estágio, avaliação do memorial e avaliação das publicações. Cada seção do formulário foi orientada por um objetivo específico, conforme descrito a seguir:

#### 1. Questões gerais

Objetivo: identificar o perfil do público respondente e compreender o nível de satisfação com a comunicação institucional, bem como as preferências de canais e formatos para a divulgação das ações educacionais. Essas informações possibilitam aprimorar as estratégias de comunicação e de aproximação com os diferentes segmentos do público interno.

#### 2. Avaliação das ações educacionais

Objetivo: aferir a percepção dos participantes quanto à relevância, aplicabilidade e efetividade das ações educacionais promovidas pelo CEAF, tanto presenciais quanto virtuais. O bloco também buscou compreender fatores que dificultam ou motivam a participação, bem como as preferências de formato, horário e

temática, servindo de base para o planejamento de cursos e programas formativos mais alinhados às demandas funcionais. Além disso, analisar o uso, a experiência e a satisfação dos usuários com a plataforma Moodle do CEAF, incluindo dificuldades de acesso, preferências de modalidade (autoinstrucional, com tutoria ou videoaula) e sugestões de aprimoramento dos cursos e recursos tecnológicos. O foco é aperfeiçoar o ambiente virtual de aprendizagem e fortalecer a política de educação a distância da instituição.

### **3. Avaliação da Biblioteca**

Objetivo: verificar o grau de satisfação dos usuários em relação aos produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca do MPMG, identificar lacunas de atendimento e levantar sugestões para novos serviços ou produtos, com vistas à ampliação do acesso à informação e do suporte à pesquisa institucional.

### **4. Avaliação do Estágio**

Objetivo: compreender a percepção sobre os canais de atendimento, a clareza das informações disponíveis e o funcionamento do setor de estágios, com o intuito de aprimorar os fluxos de comunicação, atendimento e formação inicial dos estagiários.

### **5. Avaliação do Memorial**

Objetivo: avaliar o conhecimento e a satisfação do público em relação aos produtos, serviços e exposições do Memorial do MPMG, identificando oportunidades para ampliar o acesso, a divulgação e o uso educativo do acervo histórico e institucional.

### **6. Avaliação das publicações**

Objetivo: mensurar o alcance, a relevância e a utilidade das publicações produzidas pelo CEAF, verificando se contribuem efetivamente para a atuação funcional e para a disseminação do conhecimento ministerial.

O formulário completo está disponível no Apêndice 11.4.

## **6.2. Resultado e Avaliação da Escuta Institucional**

### **6.2.1. Questões Gerais**

Participaram desta etapa 663 integrantes do MPMG, sendo 76 membros, 384 servidores, 163 estagiários e 40 terceirizados. Quanto ao grau de satisfação em relação à comunicação do CEAF, os resultados indicaram alta aprovação, com aproximadamente 35,6% dos respondentes muito satisfeitos, 60,6% declararam-se satisfeitos, 3,2% insatisfeitos e 0,6% muito insatisfeitos.

A análise quantitativa demonstra que aproximadamente 96,2% dos participantes avaliaram positivamente a comunicação institucional, reconhecendo-a como eficiente, clara e oportuna. Essa percepção reforça o papel do CEAF como canal estratégico de difusão do conhecimento e de fortalecimento da cultura organizacional no MPMG.

As respostas qualitativas, por sua vez, evidenciam demandas específicas de melhoria. Entre as principais sugestões, destaca-se o desejo de diversificação dos canais de comunicação, com menções à retomada do informativo eletrônico, ao uso do WhatsApp institucional e à maior presença nas redes sociais institucionais. Foram apontadas também oportunidades de melhoria na interface da *intranet* e na organização da plataforma da Escola Virtual, visando maior agilidade, usabilidade e acessibilidade às informações.

Em relação às preferências de comunicação, observou-se predominância expressiva do *e-mail* institucional, citado por 622 (66%) respondentes, seguido do *site/intranet* (20%), Instagram (7%), Panorama (4%) e outras formas (3%). Esses dados reforçam a centralidade do *e-mail* institucional como canal oficial de comunicação, ao mesmo tempo em que evidenciam potencial de expansão e integração de mídias digitais.

De modo geral, os resultados dessa seção revelaram amplo reconhecimento institucional do CEAF e elevado grau de satisfação com sua atuação, mas também sinalizam expectativas de diversificação dos canais comunicacionais. Essas percepções servirão de base para a formulação de metas estratégicas e pedagógicas, orientadas para a consolidação de uma comunicação mais dinâmica, acessível e integrada às necessidades formativas da comunidade ministerial.

### 6.2.2. Avaliação das Ações Educacionais

Os resultados indicaram que o grau de satisfação em relação às ações educacionais promovidas pelo CEAF é positivo, 30,9% respondendo muito satisfeitos, 61,8% satisfeitos, 6,6% insatisfeitos e 0,6% muito insatisfeitos. De forma geral, mais de 92% dos participantes avaliaram positivamente as ações educacionais, reconhecendo nelas um papel importante na formação e atualização dos integrantes do MPMG.

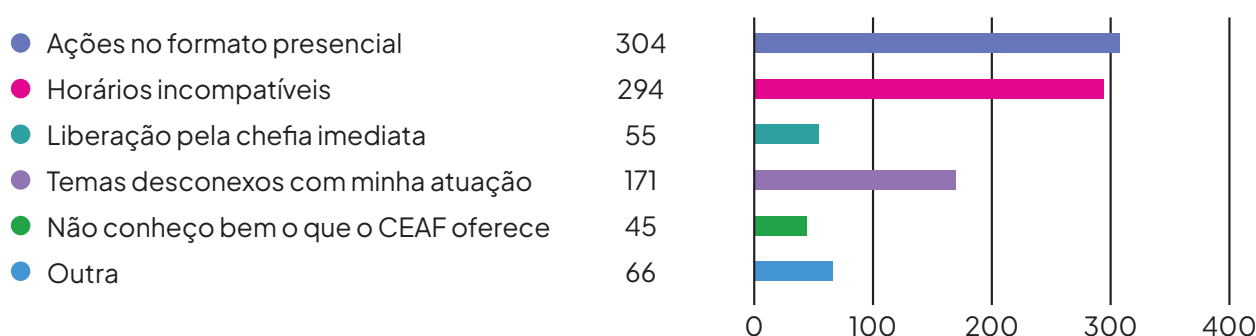
A análise quantitativa revelou que as ações formativas do CEAF têm alcançado relevância e reconhecimento institucional, especialmente quanto à qualidade dos conteúdos, à diversidade de temas jurídicos e sociais e à pertinência das abordagens pedagógicas. No entanto, as respostas qualitativas evidenciaram demandas por aprimoramentos metodológicos, temáticos e logísticos, refletindo a diversidade do público atendido. Entre as principais sugestões de melhoria, os participantes apontaram a necessidade de:

- Atualização e diversificação temática;
- Ações mais práticas e aplicadas à realidade funcional;
- Ampliação das oportunidades presenciais nas regionais e oferta simultânea de transmissão virtual;
- Aprimoramento metodológico, com cursos mais dinâmicos e interativos.

Quanto à relação entre teoria e prática, 37,6% dos respondentes afirmaram perceber claramente essa integração, 45,4% indicaram percebê-la pontualmente, 10,6% raramente identificam essa conexão, 3% não percebem essa relação e 3,4% não souberam avaliar. Esses resultados sugerem que a maior parte dos participantes reconhece pertinência e aplicabilidade dos conteúdos ofertados, embora ainda exista espaço para fortalecer a integração entre a aprendizagem e a atuação funcional, especialmente em áreas técnicas e administrativas.

Os resultados em relação às dificuldades de participação nas ações educacionais estão ilustrados nos Gráfico 1.

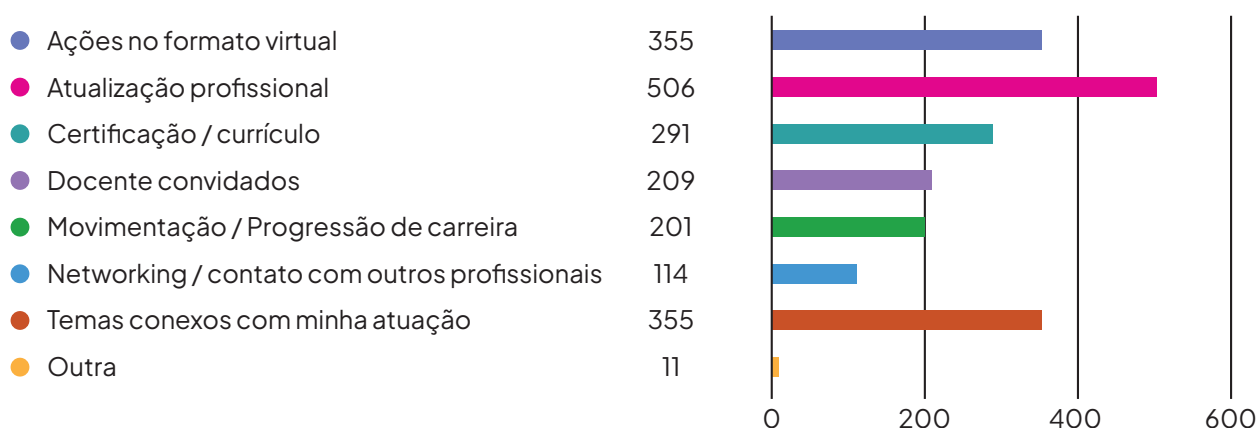
**Gráfico 1 – Dificuldades de participação nas ações educacionais.**



Fonte: Dados do Formulário Diagnóstico CEAFF 2025, 2025.

Por outro lado, os resultados em relação às motivações de participação nas ações educacionais estão ilustrados nos Gráfico 2. Esses dados indicam que, embora o público reconheça o valor das ações educacionais, há entraves de formato das ações, logísticos e de temáticas desconexas com a atuação dos participantes. O diagnóstico aponta, portanto, para a necessidade de estratégias que conciliem flexibilidade e diversidade temática, consolidando um modelo de formação mais inclusivo e responsivo às realidades de trabalho do MPMG.

**Gráfico 2 – Motivações para buscar as ações educacionais.**



Fonte: Dados do Formulário Diagnóstico CEAFF 2025, 2025.

De modo geral, os dados reforçam que os integrantes do MP buscam nas ações educacionais o desenvolvimento técnico e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, priorizando formações virtuais e relacionadas às suas atividades.

Sobre as preferências de formato, destacou-se a predominância para ações *online* assíncronas (56,7%), seguidas das modalidades híbridas (25%), *online* síncronas (10,6%) e presenciais (7,7%). Os dados evidenciaram uma tendência de crescente adesão à modalidade virtual como principal meio de acesso ao conhecimento, alinhando-se à ampliação do uso de plataformas digitais do CEAF.

Quanto aos horários preferenciais para ações presenciais, aproximadamente 57% indicaram o período da manhã, 39% o período da tarde e 4% não responderam, revelando certa flexibilidade, mas também reforçando a necessidade de planejar ofertas compatíveis com a jornada institucional.

A análise qualitativa das respostas referentes às temáticas desejadas para as próximas ações educacionais presenciais evidenciou uma ampla diversidade de interesses, refletindo a multiplicidade de atuações do MPMG e a heterogeneidade do público participante. As manifestações indicaram tanto o desejo de aprofundamento técnico-jurídico, vinculado às áreas finalísticas da instituição, quanto o interesse crescente por temáticas voltadas às atividades administrativas, de apoio e gestão, que viabilizam o funcionamento do órgão e sustentam a área-fim.

No conjunto das respostas, observou-se significativa recorrência de temas relacionados à atuação finalística do MPMG, especialmente aqueles voltados ao aprimoramento técnico e prático do trabalho ministerial. Foram frequentemente mencionadas formações sobre:

- Inovação e Tecnologias Aplicadas ao Trabalho Ministerial;
- Direito Penal e Processual Penal;
- Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa;
- Temas Jurídicos e Institucionais Diversos;
- Direito Ambiental e Urbanístico;
- Direito Eleitoral;
- Direito à Saúde e Políticas Públicas;
- Educação e direitos fundamentais;
- Atuação extrajudicial do Ministério Público.

Paralelamente, emergiu com destaque o interesse por ações educacionais voltadas às áreas de apoio e gestão institucional:

- Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;
- Inovação e Transformação Digital;
- Comunicação e Linguagem;
- Saúde, Bem-estar e Clima Organizacional;
- Diversidade, Inclusão e Acessibilidade;
- Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental;
- Educação Financeira.

De modo geral, o diagnóstico revelou que, embora as temáticas jurídicas e investigativas permaneçam centrais na formação institucional, há um interesse por cursos voltados ao desenvolvimento de competências transversais, comportamentais e gerenciais. Essa tendência indica que o planejamento educacional do CEAF deve buscar o equilíbrio entre a qualificação técnica e administrativa. Os resultados dessa análise estão sintetizados no Quadro 2 e servirão como base estratégica para o delineamento das metas e ações educacionais do CEAF no próximo triênio, orientando a construção de uma política formativa alinhada às necessidades reais do público interno e aos objetivos institucionais do MPMG.

### Quadro 2 – Síntese das temáticas recorrentes solicitadas pelos participantes.

Categoria Temática	Palavras/Expressões Repetidas
1. Inteligência Artificial e Tecnologia	“Inteligência artificial”; “IA”; “tecnologia”; “ferramentas digitais”; “automação”; “Copilot”; “Power BI”; “MPe”; “sistemas”; “inovação”.
2. Direito Penal, Processual Penal e Execução Penal	“Penal”; “processo penal”; “júri”; “execução penal”; “investigação”; “crimes”; “cadeia de custódia”; “ANPP”.
3. Patrimônio Público, Improbidade e Licitações	“Patrimônio público”; “improbidade”; “licitações”; “contratos”; “corrupção”; “controle interno”.
4. Comunicação, Linguagem e Escrita	“Comunicação”; “linguagem simples”; “português”; “redação”; “oratória”; “clareza”; “comunicação não violenta”.
5. Gestão, Liderança e Desenvolvimento Institucional	“Gestão pública”; “gestão de pessoas”; “liderança”; “equipes”; “produtividade”; “governança”; “ética”; “integridade”.
6. Saúde Mental e Qualidade de Vida	“Saúde mental”; “equilíbrio”; “bem-estar”; “assédio”; “burnout”; “segurança psicológica”.
7. Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos	“Gênero”; “raça”; “PCD”; “acessibilidade”; “LGBT-QIA+”; “diversidade”; “inclusão”.
8. Meio Ambiente, Sustentabilidade	“Meio ambiente”; “sustentabilidade”; “urbanismo”; “políticas públicas ambientais”.
9. Educação e Políticas Públicas	“Educação”; “políticas públicas”; “infância”; “juventude”; “saúde”; “defesa social”.
10. Educação Financeira	“Educação financeira”.
11. Ética, Integridade e Cultura Institucional	“Ética”, “integridade”, “cultura”, “comportamento”, “valores”.
12. Inclusão Digital e Capacitação Técnica	“Treinamento”, “ferramentas”, “sistemas”, “informática”.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

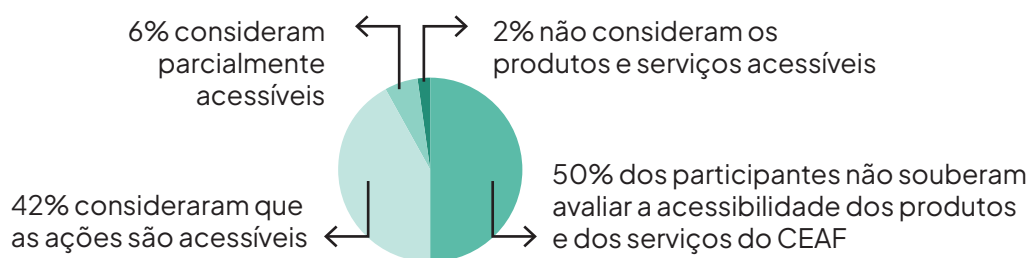
No que se refere à representatividade de gênero e de raça nas ações educacionais, os dados indicaram que a percepção sobre diversidade ainda é limitada, com cerca de um terço dos respondentes declarando não saber avaliar. Esse cenário evidenciou a necessidade de fortalecer a presença e a visibilidade da pluralidade nas iniciativas formativas, bem como de promover espaços de reflexão e práticas pedagógicas que valorizem a equidade e a inclusão no contexto institucional, conforme apresentado no Quadro 3.

**Quadro 3 – Percepção sobre a representatividade de gênero e raça nas ações educacionais do CEAF.**

	Representatividade de gênero (%)	Representatividade de raça (%)
Frequentemente	34	22
Às vezes	22	23
Raramente	3	11
Nunca percebi	9	10
Não sei avaliar	32	33

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

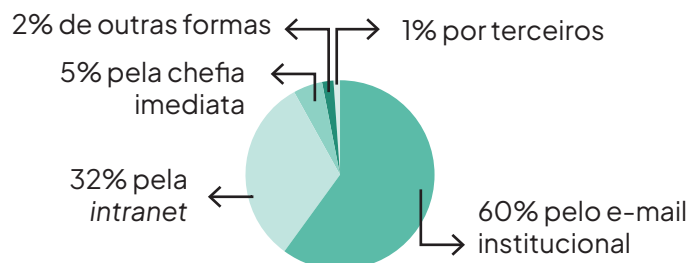
A acessibilidade das ações educacionais apresentou tendência semelhante à percepção sobre gênero e raça.



As observações qualitativas reforçaram a importância de aprimorar recursos de acessibilidade, destacando-se, entre as sugestões mais recorrentes, a inclusão de legendas, intérpretes de Libras, audiodescrição e adequações arquitetônicas. Essas contribuições demonstraram o reconhecimento de que a educação acessível e inclusiva deve constituir dimensão essencial da missão institucional, indicando a necessidade de o CEAF manter e ampliar investimentos em práticas pedagógicas e tecnológicas que assegurem o pleno acesso e a participação de todos os públicos.

A análise das respostas referentes à Escola Virtual (EV) evidenciou um elevado grau de reconhecimento e alcance da plataforma entre os integrantes do MPMG. Do total de participantes, aproximadamente 97% afirmaram conhecer a Escola Virtual, dos quais 75,3% a utilizam efetivamente. Portanto, dos 663 participantes, 641 responderam à pesquisa referente aos tópicos da EV.

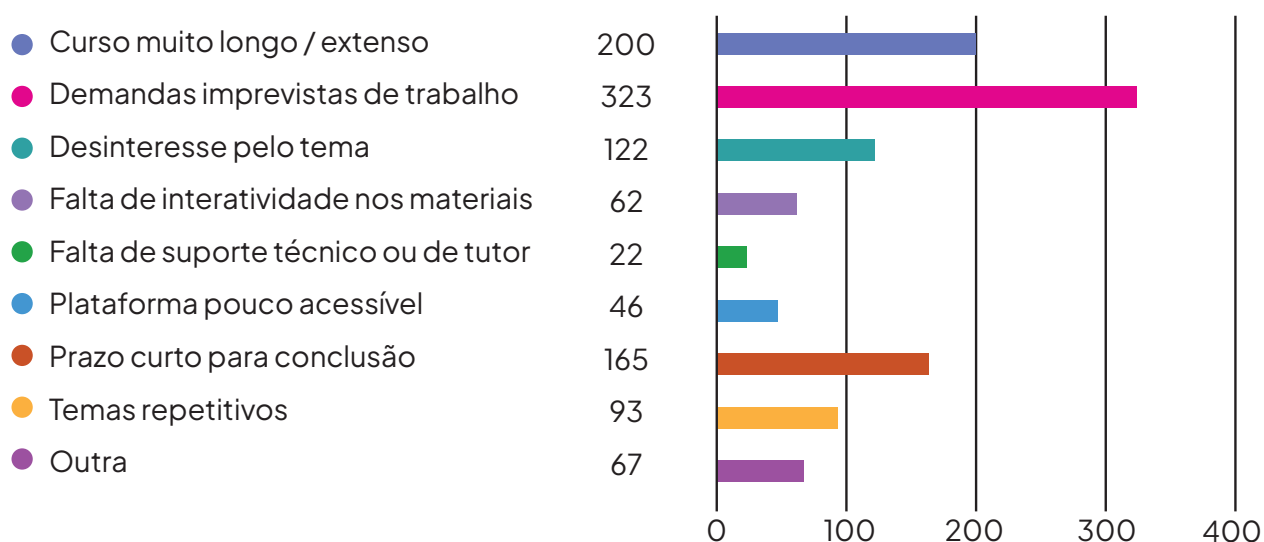
Dentre os principais canais utilizados para divulgação das ações do CEAF, o e-mail institucional foi o canal de divulgação predominante nas respostas, seguido pela *intranet*. Esses dados indicaram que a comunicação formal do CEAF tem se mostrado eficaz na difusão de suas ações.



A análise da preferência de modalidade indicou equilíbrio nas escolhas: videoaulas e cursos com tutoria foram mencionados por cerca de um terço dos participantes, e os cursos autoinstrucionais apresentaram leve destaque, alcançando 35% das respostas. Essa diversidade de escolhas evidenciou a importância de manter múltiplos formatos de ofertas, conciliando flexibilidade, autonomia e interação pedagógica, conforme o perfil heterogêneo.

As principais dificuldades de participação ou motivos de desistência em cursos da EV estão indicadas no Gráfico 3.

**Gráfico 3 – Dificuldades de participação ou motivos de desistência em cursos da Escola Virtual.**

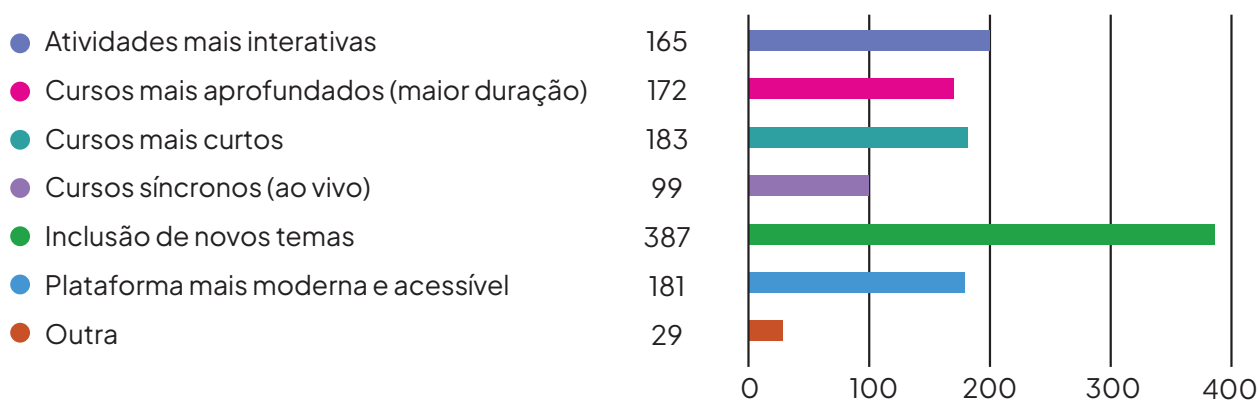


Fonte: Dados do Formulário Diagnóstico CEAF 2025, 2025.

A análise das respostas indicou que as principais dificuldades de participação e permanência nos cursos da Escola Virtual relacionaram-se mais a fatores de contexto laboral do que a aspectos estruturais da plataforma. A sobrecarga e as demandas imprevistas de trabalho foram recorrentes, sinalizando a necessidade de conciliar a oferta de capacitações com a rotina funcional. Os resultados também sugeriram oportunidades de aprimoramento na organização didática e na curadoria de conteúdos, especialmente quanto à extensão e prazos dos cursos, à diversidade temática e à interatividade dos materiais.

Em complemento, o Gráfico 4 expõe os resultados de sugestões de melhorias que os participantes consideraram necessárias para a EV.

**Gráfico 4 – Sugestões de melhorias nos cursos da EV.**



Fonte: Dados do Formulário Diagnóstico CEAF 2025, 2025.

A análise evidenciou a valorização de aspectos relacionados tanto ao conteúdo quanto à forma de oferta. A inclusão de novos temas foi o ponto mais mencionado, indicando o interesse do público pela atualização e pela ampliação das áreas de conhecimento disponíveis.

Outros aspectos com destaque envolveram o formato e a experiência de aprendizagem, com menções frequentes à necessidade de cursos mais curtos e objetivos, atividades mais interativas e uma plataforma mais moderna e acessível. Também foram apontadas demandas por maior aprofundamento temático e por momentos síncronos que favoreçam o diálogo entre participantes e tutores.

Tais percepções servirão de base para as metas estratégicas do CEAF voltadas à ampliação da acessibilidade digital, ao aprimoramento da usabilidade da plataforma e à valorização da aprendizagem autônoma e contínua no ambiente virtual.

A análise qualitativa das respostas referentes às temáticas desejadas para os próximos cursos da EV evidenciou uma diversidade de interesses.

No conjunto das respostas, observou-se significativa presença de temas ligados à atuação finalística (área-fim), com destaque para os cursos voltados ao aprimoramento jurídico e investigativo e ao uso de tecnologias aplicadas à atuação ministerial. Foram frequentemente mencionadas formações sobre:

- Inteligência Artificial;
- Direito Penal, Processual Penal e Execução Penal;
- Patrimônio Público, Improbidade Administrativa e Licitações;
- Direitos Humanos e Políticas Públicas;
- Direito Ambiental, Urbanístico e Sustentabilidade;
- Educação, Infância, Juventude e Inclusão Social;
- Atuação Extrajudicial e Produção de Peças Jurídicas.

Paralelamente, emergiram de forma consistente sugestões vinculadas à área-meio, relacionadas à gestão, à inovação e ao desenvolvimento organizacional. Foram identificadas como recorrentes as seguintes categorias:

- Gestão Pública, Liderança e Desenvolvimento de Pessoas;
- Governança, Ética, Integridade e Cultura Institucional;
- Comunicação, Linguagem e Produção Escrita;
- Saúde Mental, Bem-estar e Qualidade de Vida no Trabalho;
- Diversidade, Inclusão e Acessibilidade;
- Educação Financeira e Planejamento Pessoal;
- Tecnologia, Inovação e Capacitação Digital para o Trabalho.

De modo geral, o diagnóstico revelou que, embora as temáticas jurídicas e tecnológicas permaneçam centrais na demanda formativa, há uma ampliação do interesse por cursos que integrem competências transversais, especialmente aquelas voltadas ao fortalecimento da cultura institucional, ao uso ético da tecnologia e à promoção de ambientes de trabalho saudáveis e inclusivos. Os resultados dessa análise estão sintetizados no Quadro 4, que reúne as categorias temáticas mais recorrentes e as expressões utilizadas pelos respondentes, servindo como base para o delineamento das próximas ofertas educacionais da Escola Virtual do CEAF.

#### Quadro 4 – Síntese das temáticas recorrentes solicitadas para os cursos da EV.

<b>Categoria Temática</b>	<b>Palavras/Expressões Repetidas</b>
1. Inteligência Artificial e Tecnologia	“Inteligência artificial”; “IA”; “automação”; “ferramentas digitais”; “Copilot”; “MPe”; “tecnologia aplicada”; “engenharia de prompt”.
2. Direito Penal, Processual Penal e Execução Penal	“Penal”; “processo penal”; “júri”; “execução penal”; “investigação”; “crimes cibernéticos”; “provas digitais”.
3. Patrimônio Público, Improbidade e Licitações	“Patrimônio público”; “improbidade administrativa”; “licitações”; “contratos”; “corrupção”; “controle interno”.
4. Direitos Humanos	“Direitos humanos”; “violência de gênero”; “infância e juventude”; “idoso”; “pessoa com deficiência”; “saúde”; “educação”; “políticas públicas”; “atuação extrajudicial”.
5. Direito Ambiental, Urbanístico e Sustentabilidade	“Meio ambiente”; “urbanismo”; “habitação”; “sustentabilidade”; “patrimônio cultural”.

6. Gestão Pública e Desenvolvimento Institucional	“Gestão pública”; “liderança”; “equipes”; “planejamento”; “governança”; “ética”; “integridade”; “produtividade”.
7. Comunicação e Linguagem	“Linguagem simples”; “comunicação”; “português jurídico”; “redação”; “escrita criativa”; “oratória”; “comunicação não violenta”.
8. Qualidade de Vida e Saúde Mental	“Saúde mental”; “equilíbrio”; “assédio”; “bem-estar”; “saúde no trabalho”.
9. Acessibilidade, Inclusão e Diversidade	“Gênero”; “raça”; “LGBTQIA+”; “inclusão”; “PCD”; “acessibilidade”; “identidade”.
10. Educação Financeira e Planejamento Pessoal	“Educação financeira”; “finanças pessoais”; “aposentadoria”; “planejamento pessoal”.
11. Ética, Cultura Organizacional e Integridade	“Ética”; “integridade”; “cultura”; “comportamento”; “valores institucionais”.
12. Capacitação Digital	“Inovação”; “transformação digital”; “Power BI”; “Copilot”; “sistemas”; “treinamento em ferramentas”; “produtividade digital”.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

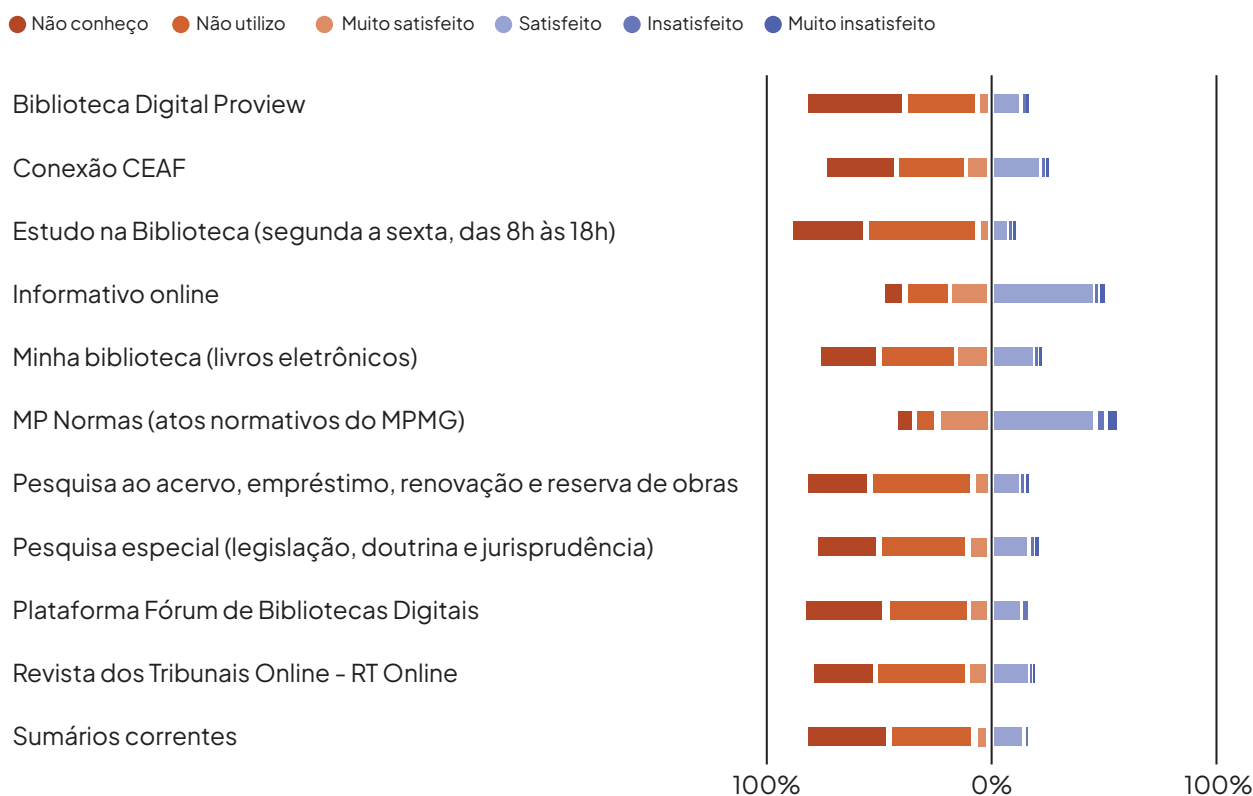
Essa tendência indica que o planejamento educacional da Escola Virtual deve continuar priorizando formações práticas, acessíveis e diversificadas, equilibrando o aprofundamento técnico e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e gerenciais.

De modo geral, os resultados desta seção evidenciaram forte reconhecimento da relevância formativa do CEAF, acompanhado de expectativas de inovação metodológica, atualização temática e ampliação de acesso. A escuta institucional revelou que o público deseja ações mais descentralizadas, interativas e tecnológicas, com maior representatividade e acessibilidade, reafirmando o papel do CEAF como espaço de aprendizagem contínua e inclusiva.

### 6.2.3. Avaliação da Biblioteca

As respostas referentes à utilização e satisfação com os serviços oferecidos pela Biblioteca do MPMG revelaram um quadro de baixo conhecimento e reduzida utilização dos recursos disponíveis, conforme Gráfico 5.

## Gráfico 5 – Resultado do diagnóstico referente à avaliação da biblioteca.



Fonte: Dados do Formulário Diagnóstico CEAF 2025, 2025.

De modo geral, observou-se que a maior parte dos respondentes indicou não conhecer ou não utilizar os serviços da Biblioteca, proporção que se manteve alta em praticamente todos os itens avaliados.

Apesar da predominância de desconhecimento e não uso, entre os usuários que efetivamente acessam os serviços, a percepção de qualidade é majoritariamente positiva, com índices de satisfação superiores aos de insatisfação. Destaca-se, nesse sentido, o bom desempenho recebido do Informativo *online* e do MP Normas, que reúnem o maior volume de respostas positivas.

Esse resultado sugere que, embora o conjunto de recursos seja bem avaliado por quem o utiliza, a principal barreira identificada é o desconhecimento acerca de sua existência, funcionalidades e formas de acesso. Essa tendência aponta para um desafio institucional de visibilidade e comunicação sobre o acervo e as ferramentas de apoio à pesquisa oferecidas.

As manifestações coletadas sobre os serviços da Biblioteca do MPMG, entre os respondentes que se declararam insatisfeitos ou muito insatisfeitos, evidenciaram três eixos principais de oportunidades de melhoria: (1) aprimoramento técnico das plataformas digitais, (2) ampliação da divulgação e orientação sobre os serviços disponíveis, e (3) ampliação do acesso físico e funcional aos recursos da Biblioteca.

No primeiro eixo, destacou-se de forma recorrente a insatisfação com o sistema de busca e filtros do MP Normas, apontado como “confuso”, “pouco intuitivo” e com “resultados imprecisos”. As críticas também mencionaram problemas de atualização, dificuldade de pesquisa por tema e falta de organização hierárquica das normas, o que prejudica o uso funcional da ferramenta.

O segundo eixo diz respeito à comunicação e visibilidade dos serviços. Muitos respondentes afirmaram desconhecer como utilizar as plataformas, indicando falta de clareza sobre o que é oferecido, quem pode acessar, e de que forma. Foram sugeridas ações como: divulgação mais ativa por e-mail, retomada e reestruturação do Informativo Online (com divisão por temas e atualizações legislativas semanais) e uso de canais institucionais como o WhatsApp da STI para envio de *links* e orientações rápidas.

O terceiro eixo, relacionado ao acesso e condições de uso, trouxe demandas específicas, como possibilidade de empréstimo de livros para servidores do interior e estagiários, acesso *offline* às obras digitais, e ampliação do horário de funcionamento da Biblioteca física. Também foi mencionada a necessidade de formações práticas sobre o uso dos sistemas e ferramentas digitais, a fim de reduzir a dificuldade de navegação e ampliar a autonomia dos usuários.

Essas manifestações demonstram que, embora o acervo e os serviços da Biblioteca sejam reconhecidos como valiosos, há desafios de usabilidade, divulgação e democratização do acesso. Os resultados reforçam a importância de um plano de ação integrado, voltado à atualização tecnológica, à formação dos usuários e à maior integração dos recursos informacionais às práticas educacionais e administrativas do MPMG.

As respostas à questão sobre a necessidade de novos produtos e serviços evidenciaram uma percepção positiva sobre a Biblioteca do MPMG como um espaço essencial de apoio técnico, informacional e cultural, mas que ainda pode se expandir em termos de acessibilidade, atualização tecnológica e diversidade de acervo, conforme Quadro 5.

**Quadro 5 – Principais sugestões de novos produtos e serviços para a Biblioteca.**

Eixo Temático	Principais Sugestões e Expressões Utilizadas nas Respostas
1. Ampliação do acesso físico e digital	“Empréstimo para estagiários e terceirizados”; “acesso remoto ao acervo”; “convênios com outras bibliotecas”; “acesso pelo interior”; “plataforma unificada de pesquisa”; “ícone na <i>intranet</i> com todos os serviços”; “melhor divulgação e visibilidade”.
2. Inovação tecnológica e uso de IA	“Recursos de IA para busca”; “plataformas como Perplexity, ChatGPT”; “Dizer o Direito”; “buscador inteligente”; “consultoria online”; “serviço de alerta temático”; “capacitação para uso do RT Online”.
3. Diversificação do acervo	“Literatura não jurídica”; “livros de psicologia, serviço social, engenharia, TI”; “obras universais como Dom Casmurro”; “bibliografia de autores do MPMG”; “manuais práticos e códigos comentados”.

4. Ações culturais e formativas	“Clube de leitura”; “podcast”; “newsletter”; “eventos culturais com autores”; “oficinas digitais sobre leitura crítica e bases de dados”; “oportunidade de criação de cursos pelos servidores”.
5. Melhoria da usabilidade e comunicação institucional	“Plataforma mais intuitiva”; “ensinar a usar as ferramentas”; “divulgar os produtos existentes”; “interface padronizada e reconhecível”; “acesso rápido pela <i>intranet</i> ”.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

#### 6.2.4. Avaliação do Estágio

Os dados coletados evidenciam uma avaliação majoritariamente positiva em relação à área “Estágios” do portal do MPMG. A maioria dos respondentes declarou conhecer a área (59%) e a considerou clara e funcional (92%), além de relatar satisfação ou muita satisfação (98%) com os canais de atendimento (telefone, e-mail e SEI).

Ainda assim, as manifestações qualitativas indicam pontos de melhoria na estrutura de navegação, na atualização das informações e na organização visual da página, sintetizados no Quadro 6.

**Quadro 6 – Principais aspectos identificados na avaliação da área “Estágios” e dos serviços da Diretoria.**

Eixo Temático	Principais Evidências e Sugestões dos Respondentes
1. Conhecimento e clareza da área “Estágios”	Alta taxa de reconhecimento da página e percepção de clareza; dificuldades pontuais para localizar informações específicas.
2. Organização e navegação do portal	Sugestões para reorganizar a área por status dos editais (abertos, encerrados, em andamento); criação de filtros por área e localidade; inclusão de mapa do site ou tutorial; atualização dos editais desatualizados.
3. Linguagem e usabilidade	Necessidade de comunicação mais intuitiva e objetiva; uso de ícones e legendas explicativas; revisão visual da página para torná-la mais moderna e acessível.
4. Atendimento da Diretoria de Estágios	Predominância de respostas “satisfeito” e “muito satisfeito”; percepção positiva de disponibilidade e clareza; menções pontuais à demora de retorno em casos específicos.
5. Perspectivas de aprimoramento	Criação de ações pedagógicas para estagiários, atualização de convênios com instituições de ensino e divulgação ampliada dos processos seletivos e oportunidades de estágio.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

De forma geral, os dados revelam uma percepção positiva e consolidada sobre a área de Estágios, reconhecida como organizada, acessível e comprometida, ao mesmo tempo em que apontam oportunidades de modernização na comunicação digital e no desenho da área “Estágios” do portal, de modo a garantir mais clareza e navegabilidade para usuários internos e externos.

As manifestações qualitativas referentes à comunicação e aos canais de atendimento indicaram uma avaliação predominantemente positiva, com pontuais registros de insatisfação relacionados, sobretudo, à demora nas respostas, dificuldade de contato telefônico e falhas na coerência ou uniformidade das informações repassadas, conforme Quadro 7.

**Quadro 7 – Síntese das manifestações sobre comunicação e atendimento.**

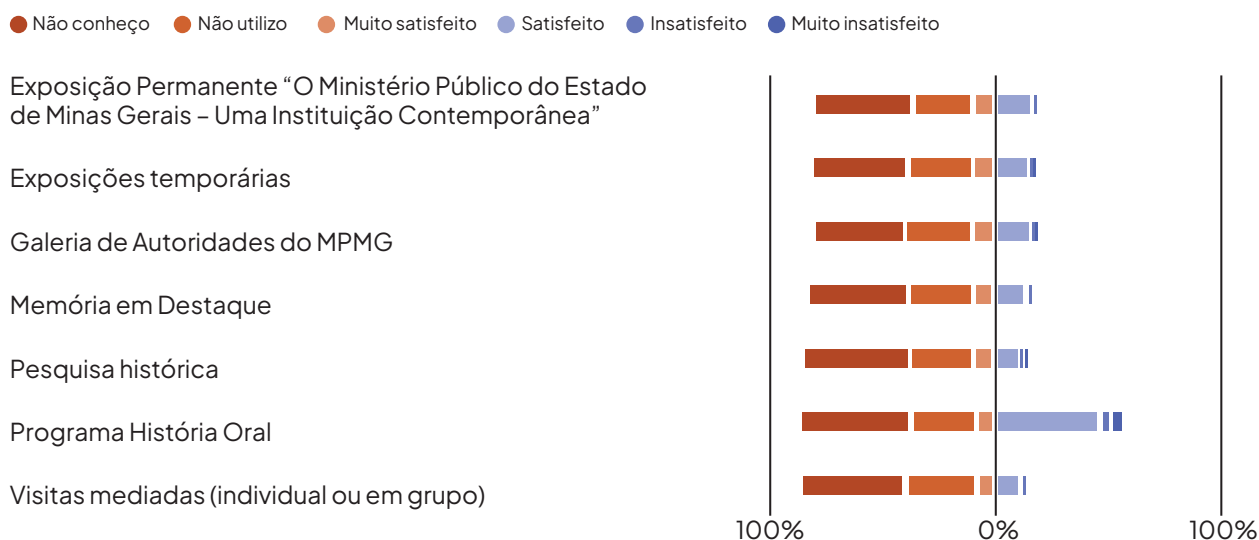
Eixo Temático	Principais Evidências e Sugestões dos Respondentes
1. Acessibilidade do atendimento	Dificuldade de contato telefônico; demora na resposta de e-mails; necessidade de reencaminhar demandas.
2. Clareza e consistência das informações	Informações desconstruídas sobre processos seletivos e prorrogações; ausência de retorno sobre desempenho e resultados.
3. Postura no atendimento	Menções pontuais a atitudes pouco colaborativas; destaque positivo à urbanidade e acessibilidade de parte da equipe.
4. Processos e prazos	Percepção de burocracia excessiva e morosidade em aprovações e correções administrativas.
5. Propostas de melhoria	Padronização de fluxos e respostas; fortalecimento da comunicação interna; criação de canais integrados; ampliação da divulgação de oportunidades internas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

### 6.2.5. Avaliação do Memorial

A análise das respostas sobre o Memorial mostra um nível elevado de desconhecimento e de não uso por parte dos respondentes: a maior parcela das respostas situa-se nas categorias “Não conheço”/“Não utilizo”, indicando que o Memorial ainda não alcança grande parte do público interno.

## Gráfico 6 – Resultado do diagnóstico referente à avaliação do Memorial.



Fonte: Dados do Formulário Diagnóstico CEA 2025, 2025.

Entre aqueles que conhecem e já utilizaram o Memorial, a avaliação é predominantemente positiva, especialmente em relação à Exposição Permanente “O Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Uma Instituição Contemporânea”, que apresentou os maiores índices de satisfação.

De modo geral, as respostas sugeriram que o Memorial é bem avaliado por quem o acessa, mas ainda pouco explorado pela maioria dos integrantes. Esse cenário reforça a importância de fortalecer as ações de comunicação institucional, de ampliar o acesso físico e virtual ao acervo e de integrar as atividades do Memorial às iniciativas formativas do CEA e a outras ações de educação corporativa. Tais medidas podem aumentar o reconhecimento do Memorial como espaço de valorização da história e identidade institucional do MPMG.

Ainda que em número reduzido, as manifestações qualitativas apontaram sugestões relevantes de aprimoramento. Foram identificadas três grandes linhas temáticas de melhoria:

- Ampliação do acesso e divulgação: sugestão de tornar o Memorial mais acessível ao público externo e de incluir visitas guiadas a novos integrantes, como forma de fortalecimento da identidade institucional;
- Diversificação de temáticas e representatividade: pedido de ampliação dos temas abordados nas exposições e pesquisas, incorporando narrativas da área meio e da pluralidade de funções que compõem o MPMG;
- Integração institucional: incentivo para que o Memorial seja mais integrado a outras ações educativas do órgão.

A análise qualitativa das respostas relativas à disponibilização de novos produtos ou serviços pelo Memorial do MPMG evidenciou sugestões voltadas principalmente à ampliação do acesso, à valorização da diversidade e à modernização dos recursos de difusão da memória institucional. As principais temáticas e expressões recorrentes estão sintetizadas no quadro a seguir.

## Quadro 8 – Síntese das temáticas recorrentes sugeridas para novos produtos e serviços do Memorial do MPMG.

Categoria Temática	Palavras/Expressões Reais Respondidas pelos Participantes
1. Acesso digital e Memorial Virtual Interativo	“Memorial virtual interativo”; “plataforma virtual de visitação e pesquisa histórica”; “exposições digitais”; “visita virtual guiada”; “divulgação de <i>link</i> com matéria virtual”; “exposição virtual”; “acesso ao público do interior”; “panorama geral interativo”; “acervo multimídia”; “3D”; “linhas do tempo interativas”.
2. Valorização da diversidade e representatividade institucional	“Maior paridade de gênero nas homenagens”; “mulheres no MPMG”; “terceirizados também fazem parte da memória do MP”; “história de servidores”; “áreas administrativas”; “valorização das áreas-meio”; “menos centrado em autoridades”.
3. Ampliação do acervo e resgate histórico	“História das promotorias mineiras”; “documentos elaborados por promotores do século XIX”; “conquistas históricas da instituição”; “história das áreas administrativas”; “os desbravadores do Ministério Público”; “material sobre o Ministério Público em si”; “vídeos antigos mostrando a história”.
4. Educação, cultura e integração com o público	“Programa ‘Conheça o Ministério Público’ junto a alunos universitários”; “estratégia lúdica para crianças”; “ações educativas”; “vídeo institucional para escolas e universidades”; “ <i>tour</i> guiado para novos servidores”; “programa história oral das unidades administrativas”; “eventos culturais”.
5. Comunicação e difusão da memória institucional	“Envio periódico de <i>clippings</i> via WhatsApp”; “divulgação de <i>link</i> com matéria virtual”; “campanhas de comunicação interna”; “melhor divulgação das exposições e atividades”; “maior visibilidade dos serviços do Memorial”.
6. Modernização e tecnologia aplicada à memória	“Inserção de recursos mais tecnológicos”; “apresentação digital”; “plataforma interativa”; “recursos de acessibilidade e interação”.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

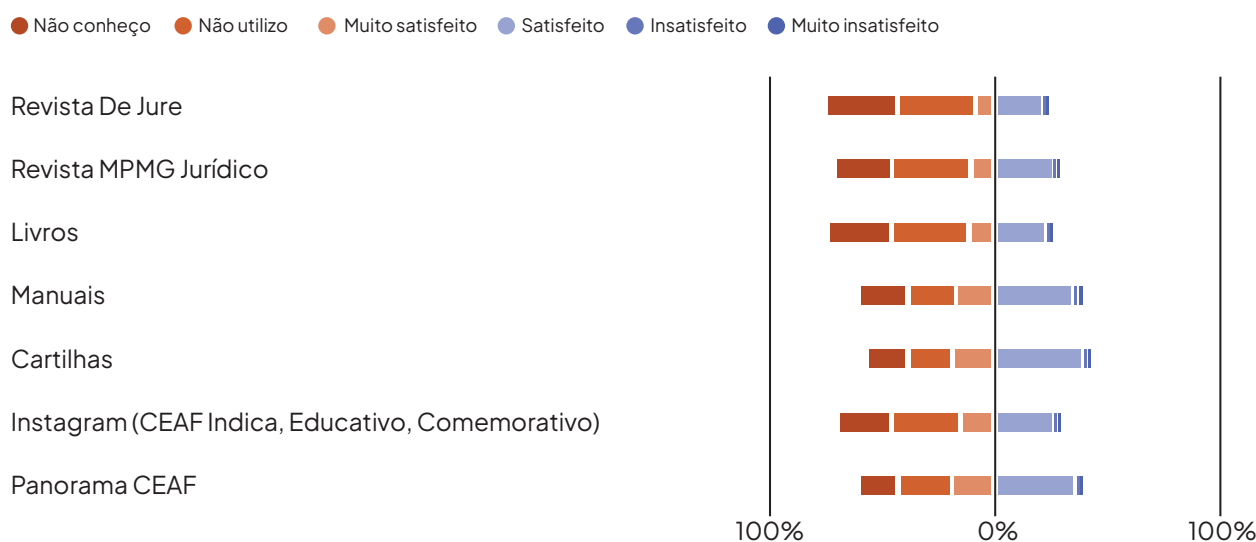
As respostas evidenciaram que o público reconhece o valor histórico e simbólico do Memorial, mas identifica oportunidades de inovação, acessibilidade e pluralização das narrativas institucionais. A maior parte das sugestões converge para a criação de um Memorial Virtual e Interativo, que una tecnologia, representatividade e educação patrimonial. Também se destacou o desejo de dar mais visibilidade aos servidores e às mulheres na história do MPMG, além de fortalecer o vínculo do Memorial com a sociedade, por meio de ações culturais, educativas e comunicacionais.

A consolidação de estratégias de digitalização, educação patrimonial e comunicação histórica poderá fortalecer seu papel como instrumento de valorização da trajetória do MPMG e de promoção da memória pública.

### 6.2.6. Avaliação das Publicações

Os dados relativos à satisfação com os produtos e serviços das publicações do MPMG indicaram que a maioria dos respondentes não conhece ou não utiliza essas produções. Entre os participantes que afirmaram conhecer e utilizar as publicações, as Cartilhas e o Panorama CEAF se destacaram com as melhores avaliações, evidenciando a percepção positiva quanto à qualidade técnica e à relevância dos conteúdos, conforme mostra o Gráfico 7.

**Gráfico 7 – Resultado do diagnóstico referente à avaliação das publicações.**



Fonte: Dados do Formulário Diagnóstico CEAF 2025, 2025.

De modo geral, a análise sugeriu que, embora as publicações sejam bem avaliadas pelos usuários que as acessam, a visibilidade e a integração dessas iniciativas aos canais de comunicação e formação institucional ainda podem ser fortalecidas. A ampliação da estratégia de divulgação, especialmente nas plataformas digitais, pode contribuir para consolidar o uso das publicações como instrumentos de disseminação de conhecimento, memória e identidade organizacional.

Por fim, sobre a contribuição das publicações para a atuação funcional, mostrou que a maioria dos participantes percebe os conteúdos como colaborativos: 45% afirmaram que os conteúdos contribuem para sua atuação, enquanto 28% indicaram contribuição parcial. Apenas 5% relataram que os conteúdos não contribuem, e 25% afirmaram não ter por costume acessar as publicações.

Esses dados evidenciam que, embora a maior parte dos usuários reconheça a aplicabilidade e relevância dos conteúdos, há uma parcela significativa que utiliza as publicações de forma parcial ou não as acessa, o que aponta oportunidades de ampliar a divulgação, melhorar a acessibilidade e adequar os conteúdos às demandas funcionais específicas.

### 6.3. Análise SWOT – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

O diagnóstico evidenciou reconhecimento institucional elevado e boa avaliação das ações formativas e da comunicação do CEAF entre quem já participa. Ao mesmo tempo, há lacunas de visibilidade, problemas de usabilidade e demandas por atualização tecnológica e temática. O desafio estratégico é equilibrar aprofundamento técnico (área-fim) com capacitação administrativa e de apoio (área-meio), ampliando acesso, usabilidade e descentralização. Esses elementos foram organizados na matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*), Quadro 9, que sintetiza as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças associadas à gestão educacional do CEAF.

**Quadro 9 – Análise SWOT a partir dos resultados do diagnóstico CEAF 2025.**

<p style="text-align: center;"><b>FORÇAS – Strengths</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento e satisfação com a comunicação do CEAF</li> <li>• Alta avaliação das ações educacionais pelos participantes</li> <li>• Escola Virtual com alto alcance e uso</li> <li>• Conteúdos de qualidade para quem acessa</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS – Weaknesses</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visibilidade limitada de serviços</li> <li>• Usabilidade e busca de plataformas</li> <li>• Baixa integração entre recursos</li> <li>• Dificuldade de participação</li> <li>• Acessibilidade e representatividade com necessidade de ampliação</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES – Opportunities</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Modernização por tecnologia</li> <li>• Digitalização / Memorial Virtual e serviços remotos</li> <li>• Microaprendizagem e formatos curtos síncrono/assíncrono</li> <li>• Descentralização</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS – Threats</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plataformas defasadas</li> <li>• Baixa adesão presencial do interior</li> <li>• Recursos orçamentários e capacidade técnica limitados</li> <li>• Sobrecarga funcional</li> <li>• Risco reputacional se serviços não forem aprimorados</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A leitura integrada dos fatores apresentados na análise SWOT evidencia que, embora o CEAF possua reconhecimento institucional consolidado e um conjunto de práticas formativas bem avaliadas, ainda enfrenta desafios estruturais e operacionais. A partir dessa análise, foram identificados quatro desafios estratégicos centrais: 1) Acessibilidade, Visibilidade e Inclusão; 2) Modernização Tecnológica e Usabilidade; 3) Oferta Pedagógica Alinhada e Descentralizada; e 4) Governança, Integração e Sustentabilidade, que orientarão as diretrizes e prioridades institucionais do próximo triênio, conforme detalhado a seguir.

## 6.4. Principais Desafios Identificados

A análise integrada do diagnóstico e da matriz SWOT evidenciou três frentes centrais de intervenção, complementadas por uma quarta dimensão de governança, que deverão orientar as metas e o plano de ação do CEAF para o próximo triênio. Os desafios priorizados refletem as principais lacunas apontadas pela escuta institucional e conectam-se às oportunidades de inovação tecnológica e pedagógica identificadas.

### 6.4.1. Acessibilidade, Visibilidade e Inclusão

Enunciado: ampliar o conhecimento, o uso e a acessibilidade dos recursos do CEAF, especialmente Biblioteca, Memorial e Publicações, assegurando representatividade e condições de participação para todos os públicos. Por que é desafio: uma parcela expressiva do público declarou “não conhecer” ou “não utilizar” esses recursos; entre os que conhecem, a avaliação é positiva; o problema é alcance e inclusão. Ações prioritárias: campanha integrada de divulgação; guias rápidos e tutoriais; serviços remotos e empréstimo digital; medidas de acessibilidade: legendas, Libras, audiodescrição; e ações de valorização da diversidade nas publicações e exposições.

### 6.4.2. Modernização Tecnológica e Usabilidade

Enunciado: modernizar MP Normas e o Moodle, otimizar a experiência de busca e incorporar recursos assistidos por IA para melhorar a recuperação de informação e a automação de rotinas. Por que é desafio: relatos de busca imprecisa e interface pouco intuitiva comprometem práticas investigativas e a aprendizagem; há demanda explícita por recursos de busca inteligente e automações que tornem as plataformas mais intuitivas e eficientes. Ações prioritárias: realizar um levantamento técnico das plataformas e um plano de melhorias graduais para o MP Normas; atualizar a interface do Moodle, com foco em acessibilidade e navegação mais intuitiva; e desenvolver projetos experimentais com recursos de busca inteligente.

### 6.4.3. Oferta Pedagógica Alinhada e Descentralizada

Enunciado: ampliar e reorganizar a oferta formativa para entregas práticas, modulares e híbridas, articulando trilhas por função para área-fim e área-meio.

Por que é desafio: há uma forte demanda por atualização técnica e pelo desenvolvimento de competências transversais, como gestão, comunicação e tecnologia. Entretanto, a carga de trabalho e as limitações de deslocamento reduzem a participação em cursos presenciais, especialmente nas regionais do interior.

Ações prioritárias: minicursos assíncronos complementados por sessões práticas síncronas; implementar ações presenciais com transmissão virtual simultânea; organizar um calendário formativo anual integrado, estruturado por trilhas de aprendizagem.

#### 6.4.4. Governança, Integração e Sustentabilidade

Enunciado: estruturar mecanismos de coordenação, acompanhamento e financiamento para integrar Biblioteca, Memorial, Publicações e Escola Virtual, garantindo sustentabilidade técnica e orçamentária das iniciativas. Por que é desafio: a modernização e a ampliação do alcance dependem de decisões de governança como definição de prioridades, alocação de recursos e estabelecimento de parcerias, sem as quais corre-se o risco de execução parcial das medidas. Ações prioritárias: elaboração de um plano orçamentário anual; indicadores e painel de monitoramento; iniciativas de parcerias e convênios externos.

Esses quatro eixos sintetizam os principais desafios detectados pela escuta institucional e pela análise SWOT e servirão como base para formulação das diretrizes, metas e indicadores operacionais do CEAF no próximo triênio.

## 7. Planejamento, Execução e Avaliação das Ações Educacionais

### 7.1. Planejamento Pedagógico e Integração Institucional

O planejamento pedagógico do CEAF é orientado por uma lógica sistêmica, interdisciplinar e estratégica, que articula a política educacional da Escola de Governo aos objetivos institucionais do Ministério Público. Guiado por sua missão de promover o aprimoramento continuado das competências de seus integrantes, o CEAF estrutura suas ações formativas a partir do diagnóstico das necessidades institucionais e da análise das competências requeridas para o desempenho funcional, em consonância com o Planejamento Estratégico do MPMG (2020–2029), o Plano Geral de Atuação Administrativo e o Plano Geral de Atuação Finalístico.

A construção do plano pedagógico é conduzida por uma equipe técnica multidisciplinar, que assegura a diversidade de olhares e o alinhamento entre teoria, prática e contexto institucional. Esse processo resulta em uma oferta formativa estruturada em planos de curso que contemplam objetivos, carga horária, público-alvo, conteúdo programático, metodologia e critérios de avaliação. Os formatos utilizados são variados e flexíveis, incluindo aulas, curso, conferências, congressos, encontros, minicursos, oficinas, palestras, painéis, seminários, simpósios e *workshops*, tanto presenciais quanto virtuais ou híbridos.

As ações educacionais têm como eixo central a promoção de competências organizacionais, profissionais e gerenciais, buscando integrar o “saber”, o “saber fazer” e o “querer fazer” como dimensões complementares da formação crítica e transformadora. A atuação pedagógica do CEAF parte da premissa de que a aprendizagem deve gerar impacto na prática institucional, promovendo a ressignificação

de rotinas, o fortalecimento da atuação finalística e a ampliação da consciência ética e cidadã dos profissionais do MPMG.

O calendário acadêmico da Escola respeita os ciclos institucionais, priorizando a execução das ações entre os meses de fevereiro a dezembro, sendo janeiro reservado ao planejamento. Em todos os eventos são aplicadas pesquisas de satisfação com objetivo de avaliação de reação identificando pontos fortes e de melhoria. Esses instrumentos funcionam como indicadores que retroalimentam o planejamento pedagógico e subsidiam a tomada de decisão.

A certificação das ações é concedida a docentes e discentes, observando critérios mínimos de 75% de frequência e 70% de aproveitamento. A gestão acadêmica é realizada pela Secretaria Acadêmica do CEA, responsável pelo registro e controle das ações presenciais e a distância.

Assim, o planejamento pedagógico do CEA não se limita à organização de atividades educacionais, mas integra-se ao sistema de gestão estratégica, promovendo aprendizagem organizacional, desenvolvimento humano e fortalecimento da cultura institucional orientada pela excelência, ética e transformação social.

## 7.2. Ações Educacionais Presenciais

As ações educacionais presenciais promovidas pelo CEA representam um importante instrumento de formação, socialização institucional e aprofundamento técnico, favorecendo o diálogo entre teoria e prática, a troca de experiências e o fortalecimento da identidade ministerial. Essas atividades ocorrem em diversos espaços físicos da instituição e de parceiros, garantindo alcance regional.

Em Belo Horizonte, as capacitações presenciais são realizadas nas salas de aula da própria Escola Institucional e nos auditórios Azul e Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça. Já no interior do estado, as ações são promovidas nos auditórios das Promotorias de Justiça ou em espaços cedidos por órgãos parceiros e instituições conveniadas, possibilitando a interiorização do conhecimento e a inclusão de públicos diversos.

Os encontros presenciais são planejados para promover, além do domínio de conteúdos técnicos, o desenvolvimento de competências interpessoais, éticas e institucionais, em consonância com os princípios da aprendizagem significativa e da formação crítica. As temáticas abordadas nas ações presenciais abrangem desde a formação inicial de membros, servidores e estagiários até capacitações voltadas ao aperfeiçoamento funcional e desenvolvimento contínuo, nas áreas de administração pública, direito, gestão, informática, língua portuguesa, tecnologia e inovação, além de temas transversais como diversidade, equidade, inclusão e direitos humanos, entre outros.

A avaliação das ações presenciais compreende diferentes dimensões: a pertinência e relevância dos conteúdos ofertados, a organização didático-pedagógica, a logística de execução e os resultados percebidos pelos participantes, tais como: assimilação dos conteúdos, aplicabilidade prática, potencial de transformação da rotina funcional e impacto na melhoria do desempenho. Esses elementos alimentam os indicadores institucionais de formação e servem de base para o aprimoramento contínuo da oferta pedagógica do CEA.

## 7.3. Formação de Membros

A formação inicial dos membros do Ministério Público é uma etapa essencial no processo de integração institucional, desenvolvimento de competências e fortalecimento da identidade ministerial. O CEAF é responsável pela concepção, planejamento, execução e avaliação dos dois principais programas formativos voltados aos promotores de Justiça em início de carreira: o Curso de Preparação para Ingresso na Carreira do Ministério Público (PREP) e o Curso de Vitaliciamento (VITAL).

O PREP tem por finalidade proporcionar aos membros iniciantes do Ministério Público o conhecimento sobre a organização, funcionamento da instituição e a realidade prática da atuação ministerial, com ênfase nos subsídios que contribuem para a atuação preventiva e resolutiva e para maior efetividade no exercício das funções ministeriais. O curso tem início no primeiro dia útil após a posse, marcando a transição entre o ingresso institucional e o exercício efetivo das atribuições.

Sua abordagem é fundamentada em uma perspectiva reflexiva, transdisciplinar e experiencial, com forte ênfase na realidade social e na complexidade da atuação prática. As atividades são realizadas em ambiente dialógico e participativo, com apoio de membros experientes, que acompanham os novos promotores em situações reais.

A metodologia consiste em aulas, debates, estudos de casos, oficinas, elaboração de peças processuais e extraprocessuais, participação em audiências, planções, inspeções e fiscalizações, Plenário do Tribunal do Júri, atendimento ao público, dentre outros eventos. As atividades práticas sempre são realizadas sob orientação de membros do Ministério Público.

Durante o curso, há acompanhamento sistemático e orientação contínua dos membros em estágio probatório, com foco no desempenho, nas atitudes e na apropriação crítica das funções institucionais. São requisitos para certificação: frequência mínima de 75% e apresentação de relatório circunstanciado da prática realizada, avaliados sob critérios técnicos e formativos.

Complementarmente à formação presencial, é disponibilizado aos participantes um ambiente virtual exclusivo na Escola Virtual do CEAF e no Teams do MPMG, que funcionam como repositórios de materiais selecionados pela Diretoria do CEAF para formação contínua dos membros, espaço de comunicação e apoio pedagógico, fortalecendo a integração entre os conteúdos e ampliando o acesso à informação.

O Curso VITAL objetiva o aperfeiçoamento da atuação do promotor de Justiça em estágio probatório para as funções inerentes ao exercício do cargo, com destaque para os fundamentos jurídicos, humanísticos e éticos. Sua programação é definida previamente pelo CEAF, com base em levantamento das principais dificuldades e necessidades indicadas pelos próprios promotores participantes, o que garante maior aderência às demandas reais da atuação ministerial.

No âmbito do Curso VITAL, o CEAF adota a metodologia de imersão pedagógica como estratégia formativa central, voltada ao aprofundamento das competências técnicas, éticas e institucionais dos membros em estágio probatório. Essa abordagem caracteriza-se pela dedicação integral dos participantes às atividades do curso, favorecendo um ambiente de aprendizagem imersivo e colaborativo.

A opção pela imersão justifica-se pela complexidade dos desafios enfrentados pelos promotores de Justiça no início da carreira, que demandam não apenas domínio jurídico, mas também capacidades comunicacionais, relacionais e estratégicas. O formato imersivo potencializa a troca de experiências, o diálogo qualificado com docentes e palestrantes e a reflexão crítica sobre a prática ministerial.

Do ponto de vista pedagógico, a imersão contribui para a ampliação do aproveitamento da carga horária, a continuidade dos debates e a efetividade do processo formativo, assegurando condições mais favoráveis à consolidação das aprendizagens. Com essa metodologia, o CEAF reafirma seu compromisso com uma formação inicial consistente, alinhada às diretrizes nacionais e orientada ao exercício responsável das funções institucionais.

## 7.4. Formação de Servidores

Com o objetivo de oferecer uma formação inicial estruturada aos analistas e oficiais que ingressam no MPMG, o CEAF desenvolve o Curso Básico de Formação de Servidores, com base em diretrizes estabelecidas pela Administração Superior, por meio da Superintendência de Gestão de Pessoas.

O curso tem como finalidades principais: promover o acolhimento institucional, facilitar a integração dos novos servidores, apresentar os fundamentos da atuação do MPMG e oferecer instrumentos que favoreçam o desempenho qualificado e ético das atribuições funcionais desde o início da trajetória profissional. Além de fornecer informações sobre a estrutura e funcionamento da instituição, o curso estimula momentos de reflexão crítica sobre a postura individual no ambiente de trabalho, abordando temas como comunicação interpessoal, diversidade, ética, proatividade, produtividade, promoção de ambientes saudáveis e trabalho em equipe.

A formação está organizada em duas etapas complementares:

- Etapa presencial, realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com atividades formativas, interativas e integradoras;
- Etapa a distância, de forma síncrona, por meio do Teams do MPMG, que oferece conteúdo de apresentação da organização institucional, conhecimento de direitos e deveres, integridade administrativa, treinamento de programas institucionais e redação oficial.

A proposta pedagógica do curso articula conteúdos institucionais com práticas reflexivas e situadas, promovendo a construção de uma cultura de pertencimento e responsabilidade funcional. Dessa forma, o Curso Básico de Formação contribui para o fortalecimento da identidade institucional e para o desenvolvimento de servidores conscientes do seu papel no aprimoramento contínuo do serviço público.

## 7.5. Formação de Estagiários

Como o objetivo de oferecer uma formação introdutória qualificada aos estagiários que ingressam no MPMG, o CEAF desenvolve o Curso de Formação de Estagiários, na modalidade a distância e com caráter autoinstrucional. A formação busca promover o acolhimento institucional e possibilitar o conhecimento inicial sobre a estrutura, os valores e o funcionamento do MPMG, além de orientar quanto aos direitos, deveres e práticas funcionais que envolvem o desempenho das atividades de estágio.

A proposta do curso visa assegurar que os estagiários compreendam, desde o início de sua trajetória, os fundamentos da atuação institucional, os princípios da ética pública e os aspectos técnicos essenciais à rotina do trabalho, com destaque para o uso da plataforma SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

O acesso ao curso é realizado por meio da autoinscrição na Escola Virtual do MPMG, mediante *login* com as credenciais institucionais e utilização de chave de acesso específica. O conteúdo está organizado de forma didática, com recursos multimídia e atividades interativas que facilitam a autonomia no processo de aprendizagem.

Para fins de certificação, o estagiário deverá concluir o curso no prazo máximo de 90 dias após o início de suas atividades, obtendo aproveitamento mínimo de 70% nas avaliações. Após a conclusão, o certificado deverá ser encaminhado à chefia imediata para fins de validação e registro.

A proposta pedagógica do curso valoriza a aprendizagem autônoma e contextualizada, contribuindo para que os estagiários compreendam seu papel na organização, desenvolvam senso de responsabilidade e se integrem de forma proativa à cultura institucional do Ministério Público.

## 7.6. Ações Educacionais Virtuais

As ações educacionais na modalidade a distância integram, de forma estratégica, a política pedagógica do CEAF, ampliando o acesso ao conhecimento, promovendo a interiorização da formação institucional e favorecendo a aprendizagem contínua de integrantes do MPMG. A Escola Virtual do MPMG utiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle na versão 2.7.14. O acesso é realizado por meio de *login* com credenciais dos sistemas corporativos do MPMG. A plataforma está disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, no endereço eletrônico: <http://escolavirtual.mpmg.mp.br>.

A concepção pedagógica do AVA fundamenta-se nos pressupostos do socioconstrutivismo, conforme proposto por Vygotsky (1998). Para o autor, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da mediação social, sendo a interação entre os sujeitos e o ambiente cultural um elemento essencial da aprendizagem. Nesse sentido, o conhecimento não é um produto simplesmente transmitido, mas construído de maneira ativa e coletiva, a partir das trocas entre alunos, docentes, tutores e os recursos educacionais disponíveis. O AVA, portanto, é concebido como um espaço de construção compartilhada de saberes, em que o diálogo, a colaboração e a contextualização das experiências são elementos centrais do processo formativo.

São ofertados cursos, com ou sem tutoria, nas áreas de administração pública, direito, gestão de pessoas, língua portuguesa e qualidade de vida no trabalho, entre outras temáticas de interesse funcional. Ademais, a plataforma disponibiliza videoaulas gravadas de eventos presenciais, como seminários, palestras e simpósios, ampliando a disseminação do conhecimento e permitindo que membros e servidores, especialmente os lotados no interior, tenham acesso às mesmas oportunidades formativas.

Além desses, são oferecidos os cursos de formação de membros, servidores, estagiários, bem como o Curso de Tutoria em EAD, que integra o processo de seleção de tutores do CEAF. Esse curso tem por finalidade capacitar os tutores para atuarem em cursos virtuais, abordando os fundamentos da educação a distância, os princípios da mediação pedagógica e o uso da plataforma Moodle. Ademais, anualmente são ofertados cursos de curta duração, com ou sem tutoria, produzidos pelo CEAF ou cedidos por instituições parceiras, como outras escolas de governo e órgãos da Administração Pública. A relação completa dos cursos disponíveis atualmente pode ser consultada no Apêndice 11.3. deste documento.

As ações educacionais virtuais são planejadas com base em diagnóstico das necessidades institucionais e das competências requeridas para o desempenho funcional. Cada curso é formalizado por um plano de curso, que contém os objetivos de aprendizagem, a carga horária, a estrutura, o público-alvo, o conteúdo programático, a metodologia adotada e as formas de avaliação. Para garantir um processo de interlocução permanente, acessível e dinâmico, a tutoria nas ações educacionais com mediação pedagógica utiliza, além da própria plataforma Moodle, múltiplos canais de comunicação, como *e-mail* institucional e telefone, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas condições técnicas ou localização, possam contar com apoio e orientação contínua durante o curso.

O AVA também abriga conteúdos complementares, materiais de apoio e ferramentas de cooperação entre os participantes, como os fóruns de discussão e de suporte técnico, contribuindo para a constituição de uma rede de aprendizagem colaborativa e responsiva. A modalidade virtual consolida-se, assim, como pilar da política educacional do CEAF, viabilizando uma formação democrática, flexível, acessível e alinhada ao contexto funcional do MPMG.

## 7.7. Pós-graduação

O MPMG, por meio do CEAF, oferece Programa de Pós-Graduação *lato sensu* destinado prioritariamente a membros e servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, podendo ser estendido, na forma prevista em edital, a servidores e membros de instituições conveniadas. A oferta de cursos de pós-graduação integra a política de formação avançada da Escola, contribuindo para a qualificação técnica, o desenvolvimento de pesquisa aplicada e a geração de conhecimento relevante para a atuação ministerial, conforme regulamento interno da Escola Institucional.

O programa tem como objetivos gerais aprimorar a qualificação e a especialização dos integrantes do MPMG e promover a pesquisa científica e a geração de conhecimento nas áreas de interesse institucional, fortalecendo a articulação entre formação acadêmica e prática profissional. A participação nos cursos destina-se a membros, servidores e a participantes de instituições conveniadas, conforme critérios divulgados em edital específico. O preenchimento das vagas observará processo seletivo interno, pautado por critérios transparentes e previamente divulgados, respeitando as prioridades institucionais e as necessidades formativas do Ministério Público.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* observarão diretrizes pedagógicas e acadêmicas, entre as quais se incluem carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, exigência de frequência mínima de 75% e aproveitamento acadêmico de, no mínimo, 70% para fins de certificação, além da obrigatoriedade de elaboração e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nos termos do projeto aprovado. Os certificados expedidos deverão mencionar a área de conhecimento do curso, ser acompanhados de histórico escolar contendo a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno, qualificação dos docentes responsáveis pelo curso e disciplinas, período e local de realização do curso, horas de efetivo trabalho acadêmico, título da monografia ou TCC, com a nota obtida, além da declaração de que a instituição atendeu a todas as disposições das resoluções vigentes.

A supervisão acadêmica e administrativa dos cursos é de responsabilidade da Diretoria do CEAF, podendo ser delegada à Coordenação Pedagógica ou à coordenação específica do curso, desde que observada a titulação compatível. Compete, ainda, à Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento:

- Zelar pelo cumprimento do projeto pedagógico do curso;
- Acompanhar as atividades administrativas, pedagógico-acadêmicas e de docência do curso;
- Orientar os alunos;
- Organizar e acompanhar o processo de seleção de candidatos;
- Manter atualizadas informações, documentação, publicações, registros e procedimentos avaliativos relacionados ao curso;
- Elaborar, divulgar e zelar pelo cumprimento do cronograma do curso;
- Acompanhar, supervisionar, orientar e divulgar as atividades relacionadas ao curso;
- Supervisionar a emissão de material de apoio às disciplinas ministradas no curso;
- Acompanhar e supervisionar o lançamento de frequência e notas pelos docentes das disciplinas e módulos do curso;
- Prestar todas as informações pertinentes ao curso.

Para a implementação e a oferta dos cursos, o CEAF poderá celebrar parcerias com instituições de ensino superior, observadas as normas acadêmicas e os requisitos regulatórios aplicáveis. A seleção de parceiros e a formalização das operações obedecerão às diretrizes institucionais e às orientações do Ministério da Educação, com vistas a assegurar a qualidade acadêmica e a aplicabilidade dos conteúdos às demandas do trabalho ministerial.

A oferta dos cursos de pós-graduação estará condicionada à disponibilidade orçamentária e poderá ser custeada integralmente pelo MPMG, observadas as disposições institucionais relativas à remuneração ou gratificação de docentes. No que se refere à avaliação e à produção de conhecimento, os cursos contemplarão instrumentos de avaliação da aprendizagem, de caráter formativo e somativo, bem como estímulo sistemático à produção científica, com a obrigatoriedade de apresentação e defesa pública de TCC. O CEAF incentivar a divulgação dos trabalhos produzidos, respeitados os direitos autorais e a adequada identificação de autoria, conforme previsto em regulamento próprio.

Os procedimentos operacionais relativos ao processo seletivo, matrícula, documentação exigida, critérios de reprovação e trâmites de elaboração e defesa do TCC constam em regulamento interno específico, que deverá ser consultado para orientações práticas e para a solução de eventuais casos omissos.

## 7.8. Procedimento para Atendimento Educacional Especializado e Elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

Em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e com os princípios de equidade e acessibilidade educacional, o CEAF reconhece a importância de garantir condições adequadas de aprendizagem a todos os estudantes, considerando suas especificidades e promovendo um ambiente educacional inclusivo.

O processo é desenvolvido em três etapas complementares:



### 7.8.1. Etapa Inicial – Identificação e Contato

Utilizar as respostas do formulário de inscrição institucional como ponto de partida para mapear os estudantes que declararam possuir deficiência.

Enviar comunicação institucional, via e-mail, a cada estudante identificado, explicando:

- O compromisso do CEAF com a acessibilidade e a inclusão;
- O objetivo do contato (compreender necessidades específicas e garantir acessibilidade e inclusão);
- A confidencialidade e o caráter colaborativo do processo.

No próprio corpo do e-mail será disponibilizado um canal direto de comunicação para que o estudante possa relatar eventuais barreiras encontradas, dificuldades de acesso à plataforma ou necessidades específicas de adaptação pedagógica e tecnológica (como uso de leitor de tela, legendas, tempo adicional, ajustes de formato de materiais, entre outros).

Essa escuta inicial permitirá à equipe pedagógica conhecer a realidade de cada participante e avaliar a necessidade de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), assegurando o acolhimento e o suporte adequados desde o início da experiência formativa.

### 7.8.2. Etapa Intermediária – Acolhimento e Análise Individual

Se, no contato inicial, o estudante indicar necessidade de atendimento individualizado, haverá o agendamento de reunião de acolhimento individualizada, conduzida pela equipe pedagógica do CEAF e Coordenação Pedagógica (COPEP), com o objetivo de:

- Ouvir o estudante sobre suas experiências e desafios na aprendizagem;
- Compreender as barreiras (tecnológicas, comunicacionais, pedagógicas ou atitudinais);
- Identificar se há necessidade de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

A análise deve considerar os princípios da educação inclusiva, assegurando que o estudante participe ativamente da construção do próprio plano.

### 7.8.3. Etapa de Formalização – Elaboração e Acompanhamento do PDI

Elaborar o PDI apenas para os estudantes que realmente demandarem acompanhamento sistematizado.

O documento deve conter:

- Perfil e necessidades do estudante;
- Recursos de acessibilidade necessários;
- Estratégias pedagógicas de apoio;
- Prazos de acompanhamento.

O PDI deve ser validado pela Equipe Pedagógica do CEAF e pela Coordenação Pedagógica, com a participação do docente ou tutor responsável pela ação educacional. Eles poderão contribuir com informações sobre o desempenho, engajamento e possíveis barreiras observadas, colaborando para a definição das estratégias mais adequadas ao perfil do estudante.

O PDI deve ser validado pela Equipe Pedagógica do CEAF e pela COPEP, com ciência do estudante, e revisado periodicamente, considerando o acompanhamento realizado pelo tutor e as eventuais adaptações necessárias ao longo do curso.

Manter registro interno, de acesso restrito à equipe pedagógica, destinado ao acompanhamento dos casos e à garantia de continuidade dos apoios oferecidos.

## 7.9. Avaliação de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no CEAF é concebida como um processo pedagógico contínuo, formativo e estratégico, que perpassa todas as etapas do planejamento educacional. Mais do que aferir resultados, avaliar significa refletir criticamente sobre o percurso formativo, identificar avanços, reconhecer lacunas e orientar decisões para o aprimoramento das ações educacionais. Avaliar, portanto, implica compreender cada participante em sua trajetória formativa, criando condições para seu desenvolvimento progressivo (Hoffmann, 2021). Nessa perspectiva, a avaliação é compreendida como uma atitude permanente do educador diante do processo de aprendizagem, que envolve reflexão constante, tomada de decisões e compromisso com o avanço dos sujeitos.

Conforme Luckesi (2011), pode-se afirmar que a avaliação da aprendizagem deve ser concebida como parte indissociável do processo pedagógico. Para o autor, avaliar é um ato que ultrapassa a simples medição de resultados e notas: trata-se de uma ação amorosa, ética e comprometida com o desenvolvimento integral do educando. A avaliação, segundo essa perspectiva, não deve se restringir à função classificatória ou punitiva, mas sim orientar a prática pedagógica, promovendo o avanço contínuo do sujeito. Ao invés de ser um fim em si mesma, a avaliação torna-se um instrumento de mediação da aprendizagem, cuja principal função é diagnosticar e intervir, favorecendo o desenvolvimento contínuo e significativo dos sujeitos envolvidos.

Inspirada nessa concepção crítica, a avaliação é entendida pelo CEAF como parte inerente do planejamento, integrando-se ao ciclo de desenvolvimento institucional como instrumento de escuta, retroalimentação e inovação. Avaliar não se resume à comparação entre uma situação inicial e um resultado: trata-se de um processo permanente de análise e transformação, que acompanha o planejamento, a execução e os desdobramentos de cada ação formativa. Ao investir em avaliações qualificadas e progressivamente mais abrangentes, o CEAF reforça seu compromisso com a eficácia, a qualidade e a inovação pedagógica, compreendendo a avaliação como um dispositivo fundamental para o aprimoramento da gestão do conhecimento e a consolidação de uma cultura institucional orientada por evidências.

## 8. Plano de Ação e Metas Institucionais

### 8.1. Diretrizes e Prioridades Estratégicas

A partir da escuta institucional, da análise quantitativa e qualitativa dos dados e da sistematização da análise SWOT, o CEAF definiu um conjunto de diretrizes estratégicas que orientarão as metas e ações do próximo triênio. Essas diretrizes traduzem os desafios identificados: visibilidade, modernização tecnológica, acessibilidade, integração institucional e aperfeiçoamento pedagógico; em prioridades de atuação para cada diretoria, assegurando coerência entre diagnóstico, planejamento e execução.

As prioridades estratégicas organizam-se em eixos comuns às quatro diretorias, garantindo uma atuação articulada e orientada para resultados. São eles:

### 8.1.1. Fortalecimento da Comunicação Institucional e da Visibilidade dos Serviços

Prioridade transversal destinada a ampliar o conhecimento sobre o CEAF, seus produtos, serviços e acervo institucional como: Biblioteca, Memorial, Publicações, Escola Virtual e Estágios. Inclui ações de reestruturação de portais, campanhas contínuas de divulgação, integração com redes sociais, ampliação de canais digitais e criação de materiais visuais acessíveis e padronizados.

### 8.1.2. Modernização Tecnológica e Melhoria de Usabilidade

Diretriz voltada a atualizar sistemas, ferramentas e fluxos de trabalho das áreas pedagógica, administrativa e informacional. Envolve revisão de interfaces, aprimoramento de buscas, automações, acessibilidade digital, padronização de *templates* e adoção gradual de recursos interativos e assistivos. Essa prioridade dialoga diretamente com demandas expressas pelos usuários no diagnóstico.

### 8.1.3. Aperfeiçoamento Pedagógico e Integração entre Teoria e Prática

Diretriz central da atuação da DFAP, mas que repercute em todas as áreas do CEAF. Compreende a diversificação temática, a criação de atividades práticas aplicadas, ampliação de formações síncronas e híbridas, uso de metodologias ativas e organização de trilhas de aprendizagem coerentes com as funções institucionais. Inclui, também, a manutenção da pós-graduação *lato sensu* como trajetória de formação avançada.

### 8.1.4. Acessibilidade, Inclusão e Representatividade

Diretriz estruturante que visa garantir o acesso equitativo às ações formativas, materiais e serviços do CEAF. Abrange a produção sistemática de conteúdos acessíveis (legendas, Libras, audiodescrição), implementação do POP de Atendimento Educacional Especializado, ampliação de recursos de acessibilidade digital, fortalecimento da representatividade no corpo docente e incorporação de indicadores de diversidade nas ações educacionais.

### 8.1.5. Gestão e Processos Pedagógicos

Diretriz transversal destinada a padronizar fluxos, organizar cronogramas, otimizar processos internos, integrar equipes e fortalecer a comunicação e informação. Inclui rotina de revisão anual de fluxos, organização de calendários unificados, atualização contínua de bancos de dados e melhoria dos tempos de resposta e do atendimento ao público.

Essas cinco diretrizes constituem o eixo estruturante do planejamento estratégico pedagógico do CEAF. Elas orientam a formulação das metas institucionais para o triênio, distribuídas entre as quatro diretorias do CEAF (DECA, DFAP, DINC e DIPE) na Matriz de Metas, Indicadores e Prazos apresentada a seguir.

## 8.2. Matriz de Metas, Indicadores e Prazos

### 8.2.1. Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)

#### **Eixo 1 — Fortalecimento da Comunicação Institucional e da Visibilidade dos Serviços**

Meta 1.1 – Reorganizar a área “Estágios” do portal do MPMG até o final de 2026.

Meta 1.2 – Manter atualizados os editais da área “Estágios”, com revisão semanal, a partir de 2026.

Meta 1.3 – Integrar a divulgação das oportunidades com as redes sociais do CEAF e do MPMG, a partir de 2026.

#### **Eixo 2 — Modernização Tecnológica e Melhoria de Usabilidade**

Meta 2.1 – Verificar a possibilidade de inclusão de filtros por área, localidade e tipo de estágio na área “Estágios” do portal, até o final de 2028.

Meta 2.2 – Modernizar a comunicação digital da área “Estágios”, aumentando sua usabilidade, até o fim de 2028.

Meta 2.3 – Revisar a linguagem institucional dos conteúdos, tornando-a mais objetiva, acessível e pedagógica, a partir de 2026.

#### **Eixo 3 — Aperfeiçoamento Pedagógico e Integração entre Teoria e Prática**

Meta 3.1 – Integrar as ações da DECA às iniciativas pedagógicas do CEAF, reforçando o papel educativo dos convênios acadêmicos.

#### **Eixo 4 — Acessibilidade, Inclusão e Representatividade**

Meta 4.1 – Fortalecer a transparência dos processos seletivos e das informações prestadas através dos editais, contribuindo para a ampliação do acesso às oportunidades.

#### **Eixo 5 — Gestão e Processos Pedagógicos**

Meta 5.1 – Reduzir o tempo médio de resposta em 20% nos e-mails da DECA até o final de 2028.

Meta 5.2 – Padronizar os fluxos e respostas da Diretoria a partir de 2026, com a criação de um catálogo padrão por equipes.

Meta 5.3 – Capacitar a equipe para a utilização desses padrões de atendimento.

Meta 5.4 – Automatizar etapas possíveis dos processos administrativos (como *checklists* e formulários inteligentes) até o final de 2026.

Meta 5.5 – Revisar os fluxos internos anualmente, a partir de 2026.

### 8.2.2. Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-graduação (DFAP)

#### **Eixo 1 — Fortalecimento da Comunicação Institucional e da Visibilidade dos Serviços**

Meta 1.1 – Organizar e divulgar, a partir de 2026, portfólios semestrais ou anuais de cursos e trilhas formativas, facilitando o acesso às informações e a escolha das ações educacionais pelo público interno.

## **Eixo 2 – Modernização Tecnológica e Melhoria de Usabilidade**

Meta 2.1 – Atualizar, a partir de 2026, a plataforma Moodle da Escola Virtual, com foco na melhoria da usabilidade, da acessibilidade digital e da experiência do usuário.

## **Eixo 3 – Aperfeiçoamento Pedagógico e Integração entre Teoria e Prática**

Meta 3.1 – Elaborar, até 2028, ao menos 12 cursos com atividades práticas, estudos de caso, exercícios situacionais e análise de peças/decisões aplicadas à atuação ministerial.

Meta 3.2 – Garantir que 100% dos cursos da Escola Virtual incluam atividades práticas obrigatórias.

Meta 3.3 – Incluir, anualmente, ao menos 4 novas temáticas emergentes.

Meta 3.4 – Revisar, a cada ciclo, todo o catálogo da Escola Virtual, garantindo atualização de conteúdos.

Meta 3.5 – Garantir que, até 2028, 50% das ações síncronas utilizem metodologias ativas (debates orientados, sala invertida, resolução de problemas, simulações).

Meta 3.6 – Desenvolver um guia interno de metodologias ativas, com orientações para docentes, até o final de 2026.

Meta 3.7 – Aumentar em 30% as formações síncronas, até o final de 2028.

Meta 3.8 – Assegurar que, até 2028, 50% das ações sejam híbridas.

Meta 3.9 – Assegurar a oferta de ao menos um curso de pós-graduação *lato sensu* no triênio, conforme a viabilidade orçamentária, as prioridades formativas do CEAF, além de aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, garantindo a continuidade do programa institucional de formação avançada.

## **Eixo 4 – Acessibilidade, Inclusão e Representatividade**

Meta 4.1 – Produzir, até 2028, ao menos 3 ações formativas voltadas à equidade racial, de gênero e diversidade.

Meta 4.2 – Manter atualização contínua do banco de docentes, incluindo dados declarados voluntariamente sobre diversidade, em conformidade com a legislação de proteção de dados.

Meta 4.3 – Produzir, até 2028, 100% dos novos materiais com requisitos mínimos de acessibilidade (legendas, audiodescrição quando necessário, contraste adequado e linguagem simples).

Meta 4.4 – Integrar o novo POP de Atendimento Educacional Especializado e Plano de Desenvolvimento Individual como procedimento padrão da DFAP a partir de 2026.

## **Eixo 5 — Gestão e Processos Pedagógicos**

Meta 5.1 – Estabelecer critérios padronizados de duração mínima para cursos autoinstrucionais e com tutoria.

Meta 5.2 – Manter a divulgação dos cronogramas oficiais de abertura, encerramento e atividades avaliativas no início de cada curso.

Meta 5.3 – Manter portfólio equilibrado de cursos autoinstrucionais e com tutoria.

Meta 5.4 – Revisar anualmente os indicadores e ajustar o perfil das ofertas conforme preferência do público.

### **8.2.3. Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)**

#### **Eixo 1 — Fortalecimento da Comunicação Institucional e da Visibilidade dos Serviços**

Meta 1.1 – Implantar o ícone de acesso à Biblioteca na *intranet* até fevereiro/2026, garantindo acesso ágil e centralizado aos serviços e conteúdos informacionais.

Meta 1.2 – Realizar ao menos 6 campanhas visuais de produtos e serviços da Biblioteca do MPMG em elevadores e áreas de circulação até dezembro/2028.

Meta 1.3 – Implantar o Mês do Memorial (abril) com pelo menos 10 visitas guiadas por ano para integrantes da instituição até dezembro/2028.

Meta 1.4 – Realizar, em parceria com a ASSCOM, pelo menos 3 edições por ano do “Por Dentro do MP” com foco no Memorial até dezembro/2028.

#### **Eixo 2 — Modernização Tecnológica e Melhoria de Usabilidade**

Meta 2.1 – Implantar o Tour Virtual até dezembro/2027 e aumentar em 30% o acesso no ano seguinte.

#### **Eixo 3 — Aperfeiçoamento Pedagógico e Integração entre Teoria e Prática**

Meta 3.1 – Incluir a visita ao Memorial em 100% dos cursos de formação de membros e servidores promovidos pela DFAP/CEAF.

Meta 3.2 – Fomentar visitas ao Memorial em todas as ações educacionais presenciais cuja temática esteja relacionada às exposições vigentes.

Meta 3.3 – Desenvolver e aplicar 1 história em quadrinhos institucional de produtos e serviços da Biblioteca do MPMG para apresentação em ações educacionais até outubro/2026.

Meta 3.4 – Estabelecer parcerias com pelo menos 5 instituições de ensino para visitas acadêmicas até dezembro/2028.

#### **Eixo 4 — Acessibilidade, Inclusão e Representatividade**

Meta 4.1 – Divulgar a “Memória Digital” até julho/2026 e aumentar em 30% o acesso anual à plataforma até dezembro/2028.

#### **Eixo 5 — Gestão e Processos Pedagógicos**

Meta 5.1 – Padronizar, até 2028, alguns fluxos internos de produção e divulgação dos serviços informacionais da DINC, com definição de etapas, responsabilidades e prazos.

## 8.2.4. Diretoria de Produção Editorial (DIPE)

### **Eixo 1 – Fortalecimento da Comunicação Institucional e da Visibilidade dos Serviços**

Meta 1.1 – Construir o site do CEAF concentrando todas as informações referentes à Escola até o final de 2026.

Meta 1.2 – Criar e instituir uma agenda semanal de divulgação das ações educacionais através do WhatsApp institucional do MPMG, atendendo à demanda por canais de comunicação mais ágeis e diretos a partir de 2026.

Meta 1.3 – Estudar a viabilidade de utilização do canal de transmissão no Teams para a divulgação de informações sobre produtos, serviços e lançamentos do CEAF, diversificando os meios de comunicação institucional a partir de 2026.

Meta 1.4 – Elaborar e executar um Plano de Comunicação específico para a promoção do Memorial do MPMG, visando reverter o quadro de desconhecimento apontado no diagnóstico e aumentar o número de visitas e acessos virtuais.

Meta 1.5 – Elaborar e divulgar, no início de cada exercício, o calendário anual de previsibilidade das publicações e obras editoriais que serão lançadas, fomentando o interesse e o acompanhamento por parte do público interno a partir de 2026.

### **Eixo 2 – Modernização Tecnológica e Melhoria de Usabilidade**

Meta 2.1 – Criar um avatar virtual para todas as áreas do CEAF, integrando-o a tutoriais de navegação e vídeos explicativos para humanizar e modernizar a comunicação com o usuário até o final de 2028.

### **Eixo 3 – Aperfeiçoamento Pedagógico e Integração entre Teoria e Prática**

Meta 3.1 – Produzir e disponibilizar, até 2028, um manual de redação oficial, fortalecendo a articulação entre conteúdos teóricos e práticas institucionais.

### **Eixo 4 – Acessibilidade, Inclusão e Representatividade**

Meta 4.1 – Implementar, até o final de 2026, o recurso de intérprete de Libras nas videoaulas produzidas pelo CEAF, em consonância com a política de inclusão institucional.

Meta 4.2 – Padronizar a inserção de legendas nas edições de vídeos para os cursos assíncronos a partir de 2026, assegurando o acesso ao conteúdo por pessoas com deficiência auditiva ou em ambientes que restrinjam o uso de áudio.

### **Eixo 5 – Gestão e Processos Pedagógicos**

Meta 5.1 – Confeccionar e disponibilizar *banners* físicos e digitais unificados contendo o portfólio de produtos e serviços do CEAF para serem utilizados como suporte visual nas ações educacionais a partir de 2026.

### 8.3. Acompanhamento e Avaliação do Plano de Ação

A implementação do Plano de Ação do CEAF para o próximo triênio será acompanhada por um sistema estruturado de monitoramento, avaliação e revisão contínua, com a finalidade de assegurar a efetividade das metas estabelecidas e a coerência entre diagnóstico institucional, diretrizes estratégicas e resultados alcançados. Esse processo constitui parte integrante da gestão da Escola, fortalecendo a cultura de planejamento orientado por evidências.

O acompanhamento das ações será realizado de forma sistemática, por meio do monitoramento periódico dos indicadores definidos na Matriz de Metas, Indicadores e Prazos (Seção 8.2), da verificação do cumprimento de prazos e da análise do desempenho de cada eixo estratégico no âmbito das quatro diretorias do CEAF. Esse processo permitirá não apenas acompanhar a execução das metas, mas também identificar necessidades de ajuste e oportunidades de aprimoramento.

O monitoramento ocorrerá em ciclos anuais, com registro do estágio de execução das ações (não iniciadas, em andamento ou concluídas), análise das dificuldades enfrentadas, avaliação dos impactos preliminares e proposição de ajustes de escopo ou cronograma, quando necessário. Para garantir a transparência e a rastreabilidade das informações, as diretorias deverão manter registros das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos.

Complementarmente, serão elaborados relatórios anuais de acompanhamento, que consolidarão o progresso das metas, os indicadores atingidos, as ações concluídas e os fatores que influenciaram o desempenho institucional. Esses relatórios subsidiarão reuniões periódicas de avaliação, conduzidas pela Diretoria do CEAF, com a participação das coordenações da DECA, DFAP, DINC e DIPE, favorecendo uma leitura integrada dos resultados e o fortalecimento da tomada de decisão coletiva.

Ao final de cada exercício, será realizada a revisão anual do Plano de Ação, com base nas evidências acumuladas ao longo do período. Essa revisão poderá resultar na atualização de metas e indicadores, na readequação de prazos, na inclusão de ações emergentes ou no redirecionamento de estratégias, de modo a assegurar a aderência do planejamento às transformações institucionais, tecnológicas e normativas. Preserva-se, assim, o caráter dinâmico e responsivo do PPP, reafirmando-o como instrumento vivo de gestão e desenvolvimento educacional.

Todo o processo de acompanhamento e avaliação será orientado por evidências, utilizando dados provenientes das avaliações de reação e aprendizagem das ações educacionais, dos registros da Escola Virtual, dos relatórios da Biblioteca, do Memorial e das Publicações, dos indicadores de comunicação institucional, bem como das demandas e dos *feedbacks* dos públicos atendidos. Esse conjunto de informações permitirá avaliar não apenas o grau de execução das metas, mas também a efetividade das ações, o alcance institucional, a qualidade dos serviços prestados e os avanços em inovação e inclusão.

Dessa forma, o acompanhamento e a avaliação do Plano de Ação consolidam o compromisso do CEAF com a melhoria contínua da formação institucional. Ao integrar planejamento, monitoramento sistemático e revisão periódica, a Escola fortalece uma gestão educacional orientada por resultados, alinhada às prioridades estratégicas do Ministério Público de Minas Gerais e centrada nas necessidades formativas de seus públicos.

## 9. Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 jun. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 13 jun. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 30 jun. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 11 jul. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993*. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2343, 15 fev. 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8625.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8625.htm). Acesso em: 11 jul. 2025.
- BRASIL. *Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994*. Dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Diário do Executivo: seção 1, Belo Horizonte, MG, 13 set. 1994. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- BRASIL. *Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019*. Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 29 ago. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm). Acesso em: 11 jul. 2025.
- CABRAL Netto, Joaquim. *História do Ministério Público de Minas Gerais: uma instituição centenária*. Vol. I. Belo Horizonte: Speed, 2003. p. 358–360.
- CABRAL Netto, Joaquim. *História do Ministério Público de Minas Gerais: a Associação Mineira do Ministério Público*. Vol. II. Belo Horizonte: Speed, 2007. p. 205–206; p. 491–492.

- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Recomendação de Caráter Geral CNMP nº 2, de 4 de julho de 2017*. Estabelece diretrizes para a atuação dos MPs em ações de formação, capacitação e desenvolvimento institucional. Brasília, DF, 2017.
- DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FURIS, Vera Cristina Soares; SILVA, Victor Hugo Xavier Nelo da; HOELZ, José Carlos. A importância da educação corporativa e da aprendizagem contínua no setor público: um estudo sobre a escola judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – EJUD2. *Revista Gestão Pública Municipal*, v. 31, n. 2, p. 1–17, abr./jun. 2024. Disponível em: <https://revista.gestaopublicamunicipal.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: mito & desafio*. 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 2021.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MINAS GERAIS. *Decreto Estadual nº 488, de 27 de março de 2013*. Dispõe sobre a criação da Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Portaria PGJ nº 142, de 29 de maio de 1979*. Dispõe sobre a criação de órgãos e serviços administrativos no âmbito do MPMG. Belo Horizonte, 1979.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Portaria PGJ nº 464, de 15 de setembro de 1981*. Estabelece normas internas para estrutura administrativa do Ministério Público. Belo Horizonte, 1981.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 37, de 14 de outubro de 1996*. Dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades administrativas. Belo Horizonte, 1996.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 51, de 5 de dezembro de 1997*. Institui normas internas complementares ao funcionamento do MPMG. Belo Horizonte, 1997.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 52, de 5 de dezembro de 1997*. Estabelece diretrizes para atuação ministerial. Belo Horizonte, 1997.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 62, de 16 de julho de 2002*. Regulamenta procedimentos administrativos internos. Belo Horizonte, 2002.

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 76, de 25 de outubro de 2004*. Dispõe sobre a atuação funcional dos membros do MPMG. Belo Horizonte, 2004.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 25, de 25 de maio de 2007*. Regulamenta a avaliação institucional e funcional. Belo Horizonte, 2007.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 18, de 9 de abril de 2008*. Estabelece normas de controle e fiscalização de atividades administrativas. Belo Horizonte, 2008.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 55, de 9 de setembro de 2008*. Dispõe sobre procedimentos para aperfeiçoamento institucional. Belo Horizonte, 2008.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução PGJ nº 59, de 1º de agosto de 2011*. Estabelece diretrizes para a política de gestão de pessoas no MPMG. Belo Horizonte, 2011.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. *Planejamento estratégico 2020–2029*. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/data/files/C5/81/B3/20/6529881025FB8488760849A8/Plano%20Estrategico%20MPMG%202020–2029%20–%20Revisao%202022.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- SENA, A. R. C. P.; VASCONCELOS, A. M. de; THIAGO, F. Cultura de inovação em órgãos públicos: revisão sistemática. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CONAP), 2.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CIAP), 1., 2023, Maceió. Anais [...]. Maceió: PROFIAP, 2023.
- SCHABBACH, Letícia Maria; RAMOS, Marília Patta. As escolas de governo e o desafio da formação dos servidores públicos no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 75, n. 1, p. 113–140, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/10068>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- SILVA, N. L. B.; ALMEIDA, A. S. de; SALES, A. A influência da cultura orientada por dados na criatividade organizacional: um estudo na administração pública brasileira. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, v. 23, n. 2, p. 36–56, 2024.
- UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: [http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a\\_pdf/r\\_unesco\\_educ\\_tesouro\\_descobrir.pdf](http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf). Acesso em: 11 jul. 2025.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2001.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. 6.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

## 10. Anexos

### 10.1. Fundamentação Legal

Fundamentação Legal – Contexto Normativo		
Legislação	Título	Disposição
Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988	<u>Constituição Federal de 1988</u>	Estabelece os direitos e deveres fundamentais, estrutura do Estado e princípios do ordenamento jurídico brasileiro.
Declaração de Salamanca	<u>Declaração de Salamanca</u>	Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.
Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	<u>Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996</u>	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público)	<u>Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993</u>	Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, dispõe sobre normas gerais para a organização dos Ministérios Públicos dos Estados, e dá outras providências.
Lei nº 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)	<u>Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015</u>	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)	<u>Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018</u>	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
Lei Complementar n.º 34, de 12 de setembro de 1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais)	<u>Lei Complementar n.º 34, de 12 de setembro de 1994</u>	Dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências.
Decreto Estadual n.º 488, de 27 de março de 2013	<u>Decreto Estadual nº 488, de setembro de 2013</u>	Credencia o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e autoriza o funcionamento do Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> .

<p>Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019</p>	<p><u>Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019</u></p>	<p>Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.</p>
<p>Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP n.º 2, de 4 de julho de 2017 – Conselho Nacional do Ministério Público</p>	<p><u>Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP n.º 2, de 4 de julho de 2017</u></p>	<p>Estabelece diretrizes para a estruturação e a atuação das Escolas Institucionais do Ministério Público brasileiro e fixa orientações para a interação entre as Escolas, os Centros de Apoio, Câmaras de Coordenação e Revisão, Conselho Superior e as Corregedorias do Ministério Público, notadamente quanto ao alinhamento ao planejamento estratégico institucional.</p>
<p>Recomendação n.º 52, de 28 de março de 2017 – Conselho Nacional do Ministério Público</p>	<p><u>Recomendação n.º 52, de 28 de março de 2017</u></p>	<p>Recomenda aos órgãos que compõem o Ministério Público brasileiro que implementem a Política Nacional de Gestão de Pessoas, mediante a edição do correspondente ato administrativo.</p>
<p>Recomendação n.º 54, de 28 de março de 2017 – Conselho Nacional do Ministério Público</p>	<p><u>Recomendação n.º 54, de 28 de março de 2017</u></p>	<p>Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro.</p>
<p>Resolução n.º 118, de 1º de dezembro de 2014 – Conselho Nacional do Ministério Público</p>	<p><u>Resolução n.º 118, de 1º de dezembro de 2014</u></p>	<p>Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências.</p>
<p>Resolução n.º 158, de 31 de janeiro de 2017 – Conselho Nacional do Ministério Público</p>	<p><u>Resolução n.º 158, de 31 de janeiro de 2017</u></p>	<p>Institui Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME e seus instrumentos.</p>
<p>Resolução n.º 138, de 15 de março de 2016 – Conselho Nacional do Ministério Público</p>	<p><u>Resolução n.º 138, de 15 de março de 2016</u></p>	<p>Estabelece diretrizes gerais para a preservação, promoção e difusão da memória do Ministério Público Brasileiro.</p>

Resolução n.º 140, de 5 de abril de 2016 – Conselho Nacional do Ministério Público	<u>Resolução n.º 140, de 5 de abril de 2016</u>	Altera a Resolução n.º 122, de 12 de maio de 2015, que criou a Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público, acrescentando o parágrafo único no art. 3º e alterando o art. 4º.
Resolução n.º 146, de 21 de junho de 2016 – Conselho Nacional do Ministério Público	<u>Resolução n.º 146, de 21 de junho de 2016</u>	Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de membros e servidores do Ministério Público. Cria no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, a Unidade de Capacitação do Ministério Público.
Resolução SEE n.º 5046, de 18 de julho de 2024 – Recredenciamento do CEAFF	<u>Resolução SEE n.º 5046, de 18 de julho de 2024</u>	Dispõe sobre o recredenciamento do CEAFF para ministrar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> na modalidade presencial.
Regimento Interno da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP) – CDAMP	<u>Regimento Interno da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)</u>	Estabelece a estrutura organizacional, objetivos, competências, atribuições, normas de funcionamento e procedimentos internos da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP).
Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio)	<u>Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008</u>	Dispõe sobre o estágio de estudantes.

## 11. Apêndices

### 11.1. ATO CEAFF N.º 2, DE 5 DE AGOSTO DE 2025

Regulamenta a atualização periódica do Projeto Político Pedagógico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais.

A DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 8º da Resolução PGJ nº 59, de 1º de agosto de 2011.

Considerando a instituição do Projeto Político Pedagógico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais e a necessidade de se preservar a sua funcionalidade, pertinência, e, principalmente, permitir a renovação institucional do perfil da Escola Institucional do Ministério Público em consonância com as demandas da sociedade.

RESOLVE:

Art. 1º A alteração do Projeto Político Pedagógico (PPP) consistirá na atualização, revisão, supressão ou ampliação dos seus textos, revisão de objetivos e metas da Escola Institucional e o lançamento periódico de ampla pesquisa consultiva aos membros e servidores, para diagnosticar as demandas relacionadas a formação e aperfeiçoamento e à percepção quanto aos demais serviços oferecidos pelo Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional.

Art. 2º A alteração do PPP ficará a cargo da Coordenação Pedagógica do CEAF;

§1º A atualização do PPP ocorrerá a cada três anos, de forma ordinária, a contar do ano da edição vigente e será amplamente divulgada entre membros e servidores do Ministério Público de Minas Gerais;

§2º A proposta de atualização do PPP será submetida ao Conselho Científico e Acadêmico para avaliação na primeira reunião ordinária do ano destinado à atualização.

Art. 3º Os casos omissos no presente Ato CEAF serão resolvidos pontual e fundamentadamente pelo Diretor do CEAF.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2025.

CÁSSIA VIRGÍNIA SERRA TEIXEIRA GONTIJO

Procuradora de Justiça

Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

## 11.2. Regimentos Internos

Fundamentação Legal Interna – CEAF		
Unidade Administrativa	Título	Disposição
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Resolução PGJ n.º 59, de 1º de agosto de 2011</u>	Dispõe sobre a organização do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Instrução Normativa CEAF n.º 1, de 18 de junho de 2024</u>	Disciplina o envio de trabalhos para compor o acervo da Biblioteca Digital do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Ato CEAF n.º 2, de 24 de junho de 2022</u>	Institui cursos de formação continuada para as atividades de estágio.

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Ato CEAF n.º 1, de 1º de abril de 2022</u>	Aprova e publica o Regimento Interno do Conselho Acadêmico e Científico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Ato CEAF n.º 5, de 16 de julho de 2019</u>	Aprova e publica o Regulamento da Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Instrução Normativa CEAF n.º 1, de 8 de fevereiro de 2013</u>	Dispõe sobre procedimentos e formatos das ações educacionais promovidas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Instrução Normativa Conjunta CEAF CCA n.º 2, de 7 de novembro de 2012</u>	Dispõe sobre o Programa Atualidades da Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Instrução Normativa Ceaf n.º 1, de 20 de março de 2012</u>	Dispõe sobre os Minicursos de Atualização da Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Resolução PGJ n.º 60, de 1º de agosto de 2011</u>	Regulamenta a gratificação pelo desempenho eventual de magistério no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Resolução PGJ n.º 54, de 9 de setembro de 2008</u>	Dispõe sobre a criação e o funcionamento da Escola Virtual.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Ato Ceaf n.º 3, de 4 de abril de 2008</u>	Publica o Regulamento do Curso de Formação Inicial e do Programa de Formação Continuada dos Servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Ato Ceaf n.º 7, de 25 de junho de 2008 (ver. 2 e 7)</u>	Estabelece as diretrizes de oferta de curso de reciclagem e aprimoramento de membro do Ministério Público nos termos do art. 83, item IV, da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994.

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Ato Conjunto PGJ Ceaf n.º 1, de 17 de março de 2008 (ver. arts. 2º, 4º e 6º)</u>	Dispõe sobre o Regulamento dos Encontros Regionais dos Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Resolução PGJ n.º 18, de 21 de março de 2005 (ver. art. 4º e segs.)</u>	Dispõe sobre o custeio de despesas referentes à participação de membros do Ministério Público em cursos e eventos de aprimoramento funcional, realizados em outros Estados da Federação.
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	<u>Ato Conjunto CEAF CCA n.º 1, de 5 de agosto de 2025</u>	Dispõe sobre o Regulamento do Curso de Preparação e de Vitaliciamento dos Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)	<u>Resolução CNMP n.º 42, de 16 de junho de 2009</u>	Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União.
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)	<u>Resolução PGJ n.º 48, de 28 de outubro de 2021</u>	Dispõe sobre o estágio para estudantes de ensino superior no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)	<u>Portaria PGJ n.º 2691, de 20 de julho de 2022</u>	Fixa os valores da bolsa mensal e do auxílio-transporte devidos aos estagiários bolsistas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)	<u>Portaria PGJ n.º 3858, de 6 de outubro de 2023</u>	Altera os valores do auxílio-transporte devidos aos estagiários da submodalidade bolsista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)	<u>Ato CEAF n.º 2, de 24 de junho de 2022</u>	Institui cursos de formação continuada para as atividades de estágio.
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)	<u>Ato CEAF n.º 1, de 20 de outubro de 2023</u>	Institui o Programa de Processo Seletivo de Estagiários de Direito pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, com a atuação de colaboradores.

Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos (DECA)	<u>Ato CEA n.º 1, de 8 de outubro de 2024</u>	Institui os critérios objetivos a serem utilizados nas seleções de estágio por valoração de mérito.
Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)	<u>Resolução PGJ n.º 18, de 9 de setembro de 2008</u>	Cria o Memorial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, seu Conselho Curador e dá outras providências.
Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)	<u>Resolução PGJ n.º 33, de 22 de julho de 2009</u>	Aprova o Regulamento do Memorial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)	<u>Resolução PGJ n.º 35, de 30 de setembro de 2016</u>	Aprova o Regulamento do Serviço de Atendimento e Empréstimo da Biblioteca do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)	<u>Resolução PGJ n.º 45, de 17 de novembro de 2016</u>	Dispõe sobre a gestão de materiais permanentes no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Informação e Conhecimento (DINC)	<u>Instrução Normativa CEA n.º 1, de 18 de junho de 2024</u>	Disciplina o envio de trabalhos para compor o acervo da Biblioteca Digital do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Produção Editorial (DIPE)	<u>Instrução Normativa Conjunta PGJ CEA n.º 1, de 18 de junho de 2009</u>	Regulamenta a atualização periódica do Manual Funcional do Ministério Público de Minas Gerais, nos termos do art. 3º da Resolução PGJ n.º 71, de 4 de dezembro de 2008.
Diretoria de Produção Editorial (DIPE)	<u>Resolução PGJ n.º 70, de 9 de setembro de 2013</u>	Dispõe sobre a Revista De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, editada pela Diretoria de Produção Editorial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
Diretoria de Produção Editorial (DIPE)	<u>Resolução PGJ n.º 86, de 13 de novembro de 2013</u>	Dispõe sobre a Revista MPMG Jurídico, editada pela Diretoria de Produção Editorial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Diretoria de Produção Editorial (DIPE)	<u>Ato CEAF n.º 4, de 20 de março de 2019</u>	Regulamento sobre a edição e publicação de materiais periódicos e especiais pelo Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Conselho Científico e Acadêmico	<u>Ato CEAF n.º 1, de 1º de abril de 2022</u>	Aprova e publica o Regimento Interno do Conselho Científico e Acadêmico do Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Conselho Curador do Memorial	<u>Ato do Conselho Curador do Memorial do Ministério Público n.º 1, de 22 de julho de 2009</u>	Aprova o Regimento Interno do Conselho Curador do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Conselho Editorial	<u>Ato CEAF n.º 2, de 23 de janeiro de 2019</u>	Aprova e publica o Regimento Interno do Conselho Editorial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

### 11.3. Catálogo de Cursos Oferecidos pela Escola Virtual

EAD com Tutoria		
Curso	Objetivo	Carga Horária
1 Acessibilidade e Inclusão	Capacitar servidores públicos para compreender e aplicar os princípios da acessibilidade e da inclusão no atendimento ao público e no ambiente institucional, promovendo uma cultura de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à equidade.	40h
2 Direito Penal: Tópicos Avançados	Fornecer aos integrantes do MPMG o substrato do Direito Penal, munindo o aluno das noções principiológicas e dos principais conceitos deste ramo do Direito, além de colocá-lo a par dos conhecimentos mais atuais relativos a essa esfera do saber, sempre em associação à atuação prática no MPMG.	40h

3	Desenvolvimento de Competências Gerenciais	Apresentar os principais tópicos que perpassam o campo de estudo do desenvolvimento gerencial: liderança e desenvolvimento de pessoas, comunicação e <i>feedback</i> , relacionamento interpessoal e as ferramentas gerenciais, abordando aspectos gerenciais de trabalho presencial e de trabalho remoto.	40h
4	Gestão de Conflitos no Ambiente de Trabalho	Capacitar os integrantes do MPMG para compreender, prevenir e administrar conflitos no ambiente de trabalho de forma construtiva, desenvolvendo competências em comunicação, negociação e gestão do estresse, de modo a promover relações interpessoais mais saudáveis, colaborativas e produtivas.	40h
5	Justiça Restaurativa	Dar instrumentos aos integrantes do MPMG para que possam compreender a Justiça Restaurativa e capacitá-los para implementá-la na atuação ministerial.	40h
6	Introdução à Defesa do Patrimônio Público	Apresentar, de forma clara e acessível, os conceitos fundamentais, a base legal e os principais instrumentos de atuação voltados à proteção do patrimônio público. Em seis módulos, serão abordados temas essenciais como o papel do Ministério Público, a improbidade administrativa e suas sanções, os procedimentos investigatórios, a atuação negociada por meio do Acordo de Não Persecução Cível (ANPC) e iniciativas de prevenção e boas práticas na gestão pública.	40h
7	Prática Penal com o uso do MPInteligente	Aperfeiçoar a técnica redacional quanto à elaboração de peças processuais penais, com enfoque predominantemente prático. Exemplificar com uso prático do MPInteligente.	40h
8	Língua Portuguesa Aplicada à Escrita do MPMG	Capacitar os integrantes do MPMG no uso adequado da Língua Portuguesa, com foco na clareza, coesão e correção gramatical da comunicação institucional, especialmente na produção de textos administrativos e jurídicos.	40h

9	Tópicos de Direito Ambiental	Capacitar os participantes para compreender, interpretar e aplicar os fundamentos do Direito Ambiental, seus princípios, instrumentos de tutela, formas de responsabilização e a atuação institucional do Ministério Público na defesa ambiental, com enfoque em casos reais, legislação atualizada e práticas de negociação e resolução de conflitos ambientais.	40h
10	Tópicos de Direito Constitucional	Apresentar os fundamentos do Direito Constitucional, abordando conceitos estruturantes, evolução histórica, interpretação constitucional e aplicabilidade das normas constitucionais, com foco na compreensão e no uso adequado desses elementos no contexto institucional do Ministério Público.	40h
<b>Autoinstrucional – Sem Tutoria</b>			
Curso		Objetivo	Carga Horária
1	Ambientes de Trabalho Saudáveis: Fatores Psicossociais, Prevenção e Cuidados	Capacitar profissionais para a identificação, análise e intervenção sobre os fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho, promovendo a saúde mental, o bem-estar e a prevenção de agravos psicossociais.	20h
2	Apelação Cível e Agravo de instrumento	Fornecer conhecimentos básicos sobre o regime dos recursos de apelação e agravo no CPC/15 através de análise comparativa com o sistema normativo anterior à vigência do atual código.	20h
3	Atendimento às Vítimas no Âmbito no Sistema de Justiça	Proporcionar aprendizado sobre quem é a vítima, quais são suas necessidades, quais eventos podem ser traumáticos e as consequências psicológicas, físicas, sociais e financeiras que resultam destas experiências. Ao compreender este universo, o curso também apresenta estratégias de abordagem para acolhimento e escuta de vítimas no âmbito do sistema de justiça.	20h

4	Capacitação e Atualização Relacionados à Estrutura e Atuação do MP – Atuação Criminal	Apresentar a estrutura e atuação do Ministério Público na área criminal, abordando sua atuação na fase da persecução penal judicial, na execução penal e, por fim, no Juizado Especial Criminal.	10h
5	Capacitação e Atualização Relacionados à Estrutura e Atuação do MP: Estrutura; Funções; Instrumentos, Procedimentos e Formas de Atuação – Atuação Não Penal	Compreender a Teoria Geral do Ministério Público, os procedimentos do MP, os instrumentos de atuação criminal e na tutela de direitos coletivos; e, por fim, analisar a atuação e a intervenção do Ministério Público no processo civil.	10h
6	Curso Básico de Direito Ambiental	Preparar os servidores e estagiários do MPMG para atuarem juntos aos órgãos de execução especializados na defesa do meio ambiente.	30h
7	Curso de Português	Instrumentalizar o participante para que possa desenvolver a capacidade de comunicar-se verbalmente e por escrito.	36h
8	Efeitos Traumáticos às Vítimas de Violência e seus Desdobramentos na Escuta e no Acolhimento	Compreender os efeitos traumáticos da violência nas vítimas, reconhecendo os diferentes tipos de vitimização e os impactos do trauma na construção da memória. Refletir sobre a importância da escuta ativa e conhecer os fundamentos da entrevista investigativa.	15h
9	Enfrentamentos e Prevenção à Violência Escolar	Refletir sobre o conflito e a violência no ambiente escolar à luz dos fundamentos da Justiça Restaurativa. Apresentar abordagens restaurativas que favoreçam o pertencimento e a conexão entre os membros da comunidade escolar. Discutir estratégias para trabalhar a responsabilização e desenvolver habilidades de comunicação transformadora, com base na comunicação não violenta.	40h
10	Estratégias contra o <i>Bullying</i> e <i>Cyberbullying</i> nas Escolas	Compreender o fenômeno do <i>bullying</i> e do <i>cyberbullying</i> no ambiente escolar e seus impactos. Apresentar estratégias de prevenção e intervenção, promovendo a cultura do respeito por meio do programa <i>Com Viver</i> .	20h

11	Execução Orçamentária e Financeira	Ao final do curso, o aluno deverá conhecer o orçamento público, com ênfase na execução orçamentária e financeira, adequando os conceitos à estrutura do MPMG.	20h
12	Gestão Documental	Capacitar membros e servidores na gestão de documentos visando à preservação da memória institucional e a salvaguarda do acervo documental.	10h
13	MPe-Extrajudicial	Proporcionar conhecimento técnico e prático sobre o sistema institucional, promovendo a padronização dos procedimentos e o aprimoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da instituição. Por meio dessa formação, busca-se fortalecer a atuação funcional, otimizar fluxos de trabalho, reduzir inconsistências e ampliar a autonomia dos usuários na execução das tarefas cotidianas.	10h
14	MPe-Judicial	Proporcionar conhecimento técnico e prático sobre o sistema institucional, promovendo a padronização dos procedimentos e o aprimoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da instituição. Por meio dessa formação, busca-se fortalecer a atuação funcional, otimizar fluxos de trabalho, reduzir inconsistências e ampliar a autonomia dos usuários na execução das tarefas cotidianas.	10h
15	Proteção Jurídica do Patrimônio Cultural	Compreender os principais conceitos, instrumentos e objetos envolvidos na proteção do patrimônio cultural e a atuação prática do Ministério.	12h
16	Selo: Respeito e Inclusão no Combate ao Femicídio	Promover a capacitação para o enfrentamento ao feminicídio, com base na proteção dos direitos humanos e na equidade de gênero.	8h
17	SRU-Eletrônico	Capacitar membros e servidores na utilização do SRU-Eletrônico (SRUe).	15h

18	Trilha “Desenvolvimento de Lideranças no MP: promoção da saúde mental e prevenção de fatores de risco psicossociais nos ambientes de trabalho do MP brasileiro – qual é o papel da liderança?”	Capacitar lideranças do Ministério Público para atuar na promoção da saúde mental e na prevenção de fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho, fortalecendo práticas de liderança que contribuam para o bem-estar institucional.	40h
19	Violência nas Escolas	Abordar o relacionamento entre escola e aluno, abrindo uma orientação para pais, escola e alunos referente às causas de ataques às escolas.	15h
<b>Videoteca – Sem tutoria</b>			
<b>Videoaula</b>		<b>Objetivo</b>	<b>Carga Horária</b>
1	A Importância do Ministério Público no Sistema de Justiça Multiportas	Apresentar e refletir sobre o papel do Ministério Público no contexto do sistema de justiça multiportas, destacando sua atuação na promoção de soluções consensuais de conflitos.	1h
2	Atuação Ministerial Cível em Contexto de Violência Doméstica Contra a Mulher	Promover o aperfeiçoamento da atuação em questões de Direito de Família no contexto da violência doméstica contra a mulher.	6h45min
3	Capacitação Para A Utilização Do ChatGPT	Capacitar os membros do Ministério Público na utilização eficaz do sistema ChatGPT, promovendo o desenvolvimento de habilidades para redigir, revisar e aprimorar documentos jurídicos, realizar pesquisas técnicas, obter apoio na tomada de decisão e na formulação de estratégias de atuação.	2h

4	CAODCA: a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital	Ampliar o entendimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente digital, destacando seus impactos, formas de ocorrência e os desafios enfrentados pelas instituições públicas na prevenção e responsabilização. A ação busca promover a atuação integrada de órgãos do sistema de justiça, saúde, segurança e educação, fortalecendo estratégias de enfrentamento e sensibilizando profissionais e a sociedade civil para a urgência da proteção infantojuvenil em meio aos riscos digitais contemporâneos.	7h30min
5	Comemoração dos 4 Anos da Ouvidoria das Mulheres do MPMG	Contextualizar a temática da violência de gênero, destacar a importância do bom acolhimento nas Ouvidorias, promover reflexões sobre o atendimento humanizado e a atuação em rede, bem como apresentar o protocolo de atendimento a meninas e mulheres vítimas de violência doméstica.	2h
6	Curso de Capacitação com Foco na Atuação com Perspectiva de Gênero	Promover a capacitação de membros, servidores e colaboradores do Ministério Público para uma atuação com perspectiva de gênero, promovendo práticas institucionais voltadas ao enfrentamento das desigualdades, estereótipos e violências contra mulheres.	7h30min
7	Evolução do Combate à Violência Doméstica no Brasil	Capacitar os integrantes do MPMG, assim como profissionais do sistema de justiça e da rede de proteção, com o objetivo de aprimorar a atuação no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.	10h
8	Pacote Antifeminicídio – Palestra com Dr. Rogério Sanches	Apresentar a implementação do Pacote Antifeminicídio, instituído pela Lei nº 14.994/24, destacando as comparações entre as normas decorrentes de sua aplicação.	2h

9	Seminário: Políticas de Cuidados da Pessoa Idosa	Debater os principais desafios e caminhos para o fortalecimento das políticas públicas de cuidado e proteção à pessoa idosa, com foco na atuação resolutiva do Ministério Público, na prevenção e no enfrentamento da violência sob as perspectivas da saúde e da responsabilização criminal. A ação visa promover o diálogo entre diferentes áreas – jurídica, social e da saúde – e qualificar a atuação de profissionais envolvidos na defesa dos direitos da população idosa, incluindo membros do MPMG, gestores públicos e equipes de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).	3h
10	Seminário: Fortalecimento da Política de Assistência Social: Financiamento, Gestão e Intersetorialidade no SUAS	Analisar os desafios e estratégias para o fortalecimento da política de assistência social em Minas Gerais, com ênfase no financiamento, na gestão e na intersectorialidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A ação busca fomentar a articulação entre o sistema de justiça, gestores públicos e sociedade civil, promovendo reflexões sobre planejamento, avaliação e controle social como instrumentos fundamentais para a consolidação de uma política pública efetiva, orientada à garantia de direitos e à superação de práticas assistencialistas.	10h40min
11	Seminário – Orfandades do Femicídio – Reflexões Sobre o Dia Estadual de Combate ao Femicídio – Dois Anos da Casa Lilian	Sensibilizar sobre os impactos do feminicídio, com enfoque nas questões relacionadas à orfandade, no contexto do Dia Estadual de Combate ao Femicídio e da celebração dos dois anos do Centro Estadual de Apoio às Vítimas (Casa Lilian).	3h
12	Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU	Apresentar o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), destacando sua estrutura e funcionalidades. Capacitar os participantes para a realização de atos processuais eletrônicos no sistema, compreender o papel dos órgãos auxiliares e elaborar minutas processuais.	5h

13	Videoaula – 1º Seminário de Proteção Animal em Situações de Desastres por Barragens e Mudanças Climáticas	Promover a capacitação de membros, servidores e parceiros do Ministério Público sobre estratégias de proteção, resgate, reabilitação e reintrodução de animais em situações de desastres decorrentes do rompimento de barragens e dos efeitos das mudanças climáticas.	9h
14	Planejamento das Contratações Públicas – Módulo I	Apresentar os fundamentos do planejamento das contratações públicas, abordando a governança e o planejamento das contratações, a elaboração do termo de referência e do projeto básico, bem como a realização da pesquisa de preços.	15h
15	Planejamento das Contratações Públicas – Módulo II	Apresentar os princípios constitucionais e administrativos aplicáveis à contratação pública, bem como abordar as alterações e os reajustes contratuais, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.	15h
16	Planejamento Das Contratações Públicas – Módulo III	Apresentar fundamentos de Direito Administrativo, abordar o contrato administrativo e suas cláusulas exorbitantes, bem como o processo administrativo de responsabilização de fornecedores.	15h
17	Microsoft Office 365	Apresentar as principais ferramentas do Microsoft Office 365, com foco em suas funcionalidades e aplicações no contexto profissional.	12h
18	Aspectos Práticos dos Procedimentos Investigatórios	Apresentar os aspectos práticos dos procedimentos investigatórios, com enfoque nos procedimentos extrajudiciais e administrativos, bem como nas fases do inquérito.	5h
19	No Zoom – Execução no Processo Coletivo	Discutir sobre a execução no processo coletivo, a partir das contribuições do Dr. Daniel Amorim Assumpção Neves, autor do Manual de Processo Coletivo, com enfoque nos principais aspectos do tema.	1h30min
20	Workshop – o Lucro da Torpeza e os Limites Inegociáveis da Moralidade Pública	Reforçar a importância da atuação firme do Ministério Público na defesa da probidade administrativa, destacando os limites inegociáveis da moralidade pública e a compreensão de que sua violação pode ocorrer mesmo sem prejuízo financeiro ao erário.	2h

21	No Zoom – Compliance como Instrumento de Combate à Corrupção: Lei de Improbidade Administrativa e Lei Anticorrupção Empresarial	Apresentar o <i>compliance</i> como instrumento de combate à corrupção, destacando seu papel na promoção da ética e da probidade nas relações privadas e com o Poder Público, bem como sua consolidação a partir da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Anticorrupção Empresarial, especialmente no que se refere aos programas de integridade.	2h
22	O Controle de Convencionalidade Pelo MP em Matéria Penal como Instrumento de Tutela Às Vítimas	Apresentar o controle de convencionalidade pelo Ministério Público em matéria penal, como instrumento de tutela às vítimas, a partir da verificação da compatibilidade das leis e atos internos com os tratados internacionais de direitos humanos, assegurando investigações adequadas e tratamento digno, especialmente em casos de violência.	1h
23	No Zoom – Processo Penal Coletivo	Apresentar o Processo Penal Coletivo, com enfoque em seus principais fundamentos e na atuação do Ministério Público.	2h
24	Ceda – Seminário Anual De Defesa Dos Animais	Capacitar e sensibilizar sobre as ameaças, os conflitos e a conservação da fauna, promovendo a defesa dos animais, a proteção da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, a partir da integração de conhecimentos científicos, jurídicos e socioambientais.	7h20min
25	No Zoom – Novidades Legislativas em Matéria Penal	Apresentar e discutir as principais novidades legislativas em matéria penal, com destaque para o Pacote Antifeminicídio (Lei n.º 14.994/2024) e para as Leis n.º 15.123/2025, n.º 15.134/2025, n.º 15.159/2025, n.º 15.160/2025, n.º 15.163/2025, n.º 15.181/2025, n.º 15.229/2025 e n.º 15.245/2025, que promovem alterações no Código Penal, analisando seus conteúdos, finalidades e impactos na persecução penal e na atuação do Ministério Público.	1h

## 11.4. Formulário Diagnóstico CEAF 2025

Objetivo: Avaliar a atuação global do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e a percepção do público interno quanto às ações realizadas de modo a subsidiar o planejamento institucional para o próximo triênio.

Tempo estimado de resposta: até 8 minutos

Prazo: até dia 3/10/2025

### Questões Gerais

- Você integra o MPMG como:
  - Membro
  - Servidor
  - Estagiário
  - Terceirizado
- Qual o seu grau de satisfação em relação à comunicação do CEAF?
  - Muito satisfeito(a)
  - Satisfeito(a)
  - Insatisfeito(a)
  - Muito insatisfeito(a)
- Se respondeu “insatisfeito(a)” ou “muito insatisfeito(a)”, ajude a comunicação a melhorar:  

---
- Como você prefere ser informado(a) sobre as ações educacionais do CEAF?
  - Instagram
  - Panorama
  - E-mail institucional
  - Site do MPMG/Intranet
  - Outro: \_\_\_\_\_

### Avaliação das Ações Educacionais

- Qual o seu grau de satisfação em relação às ações educacionais promovidas pelo CEAF?
  - Muito satisfeito(a)
  - Satisfeito(a)
  - Insatisfeito(a)
  - Muito insatisfeito(a)

- Se respondeu “insatisfeito(a)” ou “muito insatisfeito(a)”, ajude a escola a melhorar:  

---
- As ações educacionais promovidas pelo CEAF têm contribuído para aproximar os conteúdos teóricos das demandas práticas da sua atuação funcional?
  - Sim, de forma clara e frequente
  - Sim, pontualmente
  - Raramente percebo essa conexão
  - Não percebo essa relação
  - Não sei avaliar
- O que dificulta sua participação nas ações educacionais do CEAF? (marque as opções que se aplicam)
  - Ações no formato presencial
  - Horários incompatíveis
  - Liberação pela chefia imediata
  - Não conheço bem o que o CEAF oferece
  - Temas desconexos com a minha atuação
  - Outro: \_\_\_\_\_
- O que mais motiva você a buscar as ações educacionais do CEAF? (marque as opções que se aplicam)
  - Ações no formato virtual
  - Atualização profissional
  - Certificação/currículo
  - Docentes convidados
  - Temas conexos com minha atuação
  - Movimentação/Progressão de carreira
  - Networking/contato com outros profissionais
  - Outro: \_\_\_\_\_
- Qual a modalidade de sua preferência para as ações educacionais do CEAF?
  - Presenciais
  - Híbridas (presencial e virtual)
  - Online síncronas (ao vivo)
  - Online assíncronas (gravadas)

- Qual o melhor horário para participação de ações presenciais?
  - Manhã
  - Tarde
- Quais temas você gostaria que fossem abordados nas próximas ações educacionais presenciais?

---
- Você percebe representatividade de gênero entre docentes, conteúdos e participantes nas ações educacionais do CEAF?
  - Frequentemente
  - Às vezes
  - Raramente
  - Nunca percebi
  - Não sei avaliar
- Você percebe representatividade de raça entre docentes, conteúdos e participantes nas ações educacionais do CEAF?
  - Frequentemente
  - Às vezes
  - Raramente
  - Nunca percebi
  - Não sei avaliar
- Você percebe que as ações educacionais, produtos e serviços do CEAF são acessíveis a pessoas com deficiência?
  - Sim
  - Parcialmente
  - Não
  - Não sei avaliar
- Se você respondeu “parcialmente” ou “não”, por favor, nos ajude a melhorar, indicando o motivo:

---
- Você conhece e utiliza a Escola Virtual?
  - Sim, conheço e utilizo
  - Sim, conheço, mas não utilizo
  - Não conheço

- Como você conheceu a Escola Virtual?
  - Intranet
  - Chefia imediata
  - E-mail institucional
  - Terceiros
  - Outro: \_\_\_\_\_
- Qual a modalidade de sua preferência para os cursos da Escola Virtual?
  - Aperfeiçoamento (com tutoria)
  - Autoinstrucional (sem tutoria)
  - Videoaula
- O que dificulta sua participação ou motiva sua desistência em cursos da Escola Virtual? (marque as opções que se aplicam)
  - Curso muito longo/extenso
  - Desinteresse pelo tema
  - Prazo curto para conclusão
  - Plataforma pouco acessível
  - Demandas imprevistas de trabalho
  - Falta de interatividade nos materiais
  - Falta de suporte técnico ou de tutor
  - Temas repetitivos
  - Outro: \_\_\_\_\_
- O que poderia melhorar nos cursos da Escola Virtual? (marque as opções que se aplicam)
  - Cursos mais curtos
  - Inclusão de novos temas
  - Atividades mais interativas
  - Cursos síncronos (ao vivo)
  - Plataforma mais moderna e acessível
  - Cursos mais aprofundados (maior duração)
  - Outro: \_\_\_\_\_
- Quais temas você gostaria que fossem abordados nos próximos cursos da Escola Virtual?  
\_\_\_\_\_

## Avaliação da Biblioteca

- Qual o seu grau de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca do MPMG?

Produto/Serviço	Não conheço	Não utilizo	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Biblioteca Digital Proview						
Conexão CEAF						
Estudo na Biblioteca (segunda a sexta, das 8 às 18 horas)						
Informativo Online						
Minha biblioteca (livros eletrônicos)						
MP Normas (atos normativos do MPMG)						
Pesquisa ao acervo, empréstimo, renovação e reserva de obras						
Pesquisa especial (legislação, doutrina e jurisprudência)						
Plataforma Fórum de Bibliotecas Digitais						
Revista dos Tribunais Online – RT Online						
Sumários correntes						

- Na questão anterior, se respondeu “insatisfeito(a)” ou “muito insatisfeito(a)”, ajude a Biblioteca a melhorar:

- Se houvesse a necessidade de disponibilização de novo produto ou serviço pela Biblioteca, o que seria?

### Avaliação do Estágio

- Você conhece a área “Estágios” do portal do MPMG?  
(Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/aceso-a-informacao/concursos-e-estagios.shtml>)
  - Sim
  - Não
- Você considera a área “Estágios” do portal do MPMG clara e funcional?
  - Sim
  - Não
- Se você respondeu “Não”, por favor, nos diga como podemos melhorar:
- Qual o seu grau de satisfação em relação aos canais de atendimento (telefone, e-mail e SEI) do setor de estágios?
  - Muito satisfeito(a)
  - Satisfeito(a)
  - Insatisfeito(a)
  - Muito insatisfeito(a)
- Se você respondeu “Insatisfeito(a)” ou “Muito insatisfeito(a)”, por favor, nos ajude a melhorar, indicando o motivo:

### Avaliação do Memorial

- Qual o seu grau de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pelo Memorial do MPMG?

Produto/Serviço	Não conheço	Não utilizo	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Exposição Permanente “O Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Uma Instituição Contemporânea”						
Exposições temporárias						

Galeria de Autoridades do MPMG						
Memória em Destaque						
Pesquisa histórica						
Programa História Oral						
Visitas mediadas (individual ou em grupo)						

- Na questão anterior, se respondeu “Insatisfeito(a)” ou “Muito insatisfeito(a)”, ajude o Memorial a melhorar:  
\_\_\_\_\_
- Se houvesse a necessidade de disponibilização de novo produto ou serviço pelo Memorial, o que seria?  
\_\_\_\_\_

### Avaliação das Publicações

- Qual o seu grau de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pelas publicações do MPMG?

Produto/Serviço	Não conheço	Não utilizo	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Revista De Jure						
Revista MPMG Jurídico						
Livros						
Manuais						
Cartilhas						
Instagram (CEAF Indica, Educativo, Comemorativo)						
Panorama CEAF						

- O conteúdo dessas publicações contribui para sua atuação funcional?
  - Sim
  - Parcialmente
  - Não
  - Não costumo acessar



**Qualquer dúvida, entre em contato conosco:  
[escolainstitucional@mpmg.mp.br](mailto:escolainstitucional@mpmg.mp.br)**